

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

HELEN CAROLINE DOS SANTOS BARBOSA

**O TRABALHO INTERDISCIPLINAR COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS**

**FRANCA/SP
2019**

HELEN CAROLINE DOS SANTOS BARBOSA

**TRABALHO INTERDISCIPLINAR COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito
para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.**

Área de concentração: Mundo do Trabalho e Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Piana

**FRANCA/SP
2019**

Barbosa, Helen Caroline dos Santos
B238t O trabalho interdisciplinar com crianças e
adolescentes no Serviço de Proteção Social Básica
do Sistema Único de Assistência Social – SUAS /
Helen Caroline dos Santos Barbosa. – Franca, 2019
103 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual
Paulista(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e
Sociais, Franca
Orientadora: Maria Cristina Piana
1. Trabalho Interdisciplinar. 2. Criança e
Adolescente. 3. Assistência Social. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca.
Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

HELEN CAROLINE DOS SANTOS BARBOSA

**O TRABALHO INTERDISCIPLINAR COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito
para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.**

Área de concentração: Mundo do Trabalho e Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profa. Dra. Maria Cristina Piana

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca/SP, ____ de maio de 2019.

Dedico primeiramente a Deus, porque sem Ele esta pesquisa não seria nada; depois, aos meus pais que me apoiam sempre e acreditam em mim; e por fim, ao meu companheiro e meu pequeno Nicolas, que é minha fortaleza para seguir e lutar pelos meus objetivos de vida.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho exigiu força de vontade, foco e dedicação por parte da autora. Tenho muito a agradecer pelas pessoas que contribuíram para esse momento, pois me foram essenciais na construção deste trabalho.

Primeiramente, quero agradecer a Deus pelas oportunidades, conquistas realizadas e por tudo que Ele fez e faz por mim ao longo desses anos. Em momentos de desânimo e angústia, foi por meio de orações que Deus me iluminou e me ajudou a continuar tendo forças para elaborar este trabalho. Sempre, nos meus piores momentos da vida, quando já não acreditava em mim e duvidava de que era capaz, Ele me mostrou o contrário. Em sua infinita bondade e paciência para comigo, Deus tem sempre aberto os caminhos para mim.

Ele vem mostrando ao longo de toda a minha trajetória de vida que a paciência e a perseverança são fundamentais nesta caminhada. Mesmo quando Ele coloca algo em minha vida que eu não entendo, a primeira coisa que faço é agradecer, pois somente Ele é o mestre e sabe de todas as coisas que nós, seres humanos, não somos capazes de ver.

Quero agradecer muito aos meus pais, Maria Selma e José Luiz, que desde criança me incentivaram a estudar e buscar conhecimento, pois por meio deles pude ter uma vida melhor. Sempre, quando estava cansada, pensando em desistir, eles foram meu alicerce para continuar com meus objetivos de vida. Sem o apoio deles não teria sido possível chegar até aqui.

E neste caminho trilhado no semestre, eis que Deus colocou duas pessoas essenciais para continuar esta caminhada: meu companheiro Samuel e meu filho Nicolas. Chegaram numa época turbulenta, dando uma reviravolta imensa em minha vida.

Estive a ponto de querer abandonar o barco, de sair correndo e esquecer tudo e todos. Fiquei louca, saí da casinha, chorei, briguei, mas aqui estou eu, recebendo incentivo para concluir esta etapa. Não é fácil, nunca foi; renúncias e uma pitada de amor me ajudaram neste processo.

Samuel, mesmo sem entender o porquê deste estudo, jamais foi capaz de me desmotivar. Sempre que precisei e que preciso, sei que posso contar com ele. E

mesmo meu pequeno Nicolas não entendendo nada agora, um dia ele há de reconhecer e de se orgulhar de mim. É o que me motiva.

Agradeço a Carol e Letícia, amigas e companheiras que a faculdade de Serviço Social me trouxe. Elas que são como irmãs para mim, e sempre me apoiaram neste processo de estudo e busca do conhecimento. Elas são minha base e exemplo de pessoas para minha vida pessoal e profissional.

Não teria como deixar de agradecer aos profissionais que passaram por minha vida nesta caminhada, aos professores da graduação em Serviço Social do UNIFEB de Barretos, que sempre foram fonte de inspiração.

Agradeço também aos colegas de profissão Camila Barbosa e Antônio Inácio, que me deram um empurrão para prestar o processo seletivo para o Mestrado, e neste ciclo me acompanharam e me aconselharam.

Quero também agradecer às flores mais lindas, Marusa, Lilian, Ana Carolina e Ana Joice. Desde o início de 2017, criamos vínculos na sala de aula do Mestrado e partilhamos quarto de hotel para hospedagem em dias de aulas e de eventos na UNESP de Franca. Com elas compartilhei angústias pessoais, profissionais e também do mestrado. Foram essenciais para minha caminhada no programa de pós-graduação.

Agradeço também à minha orientadora Maria Cristina, que muitas vezes puxou minhas orelhas, cobrando-me a escrita e o aprofundamento teórico. Sem a confiança, ajuda e muita paciência, a construção desta dissertação não seria possível. Ela, que também é uma grande profissional e possui conhecimento e experiência nas áreas estudadas, me motiva a continuar e a seguir firme na minha formação profissional.

Quero agradecer a toda turma do Mestrado em Serviço Social que esteve comigo ao longo desses dois anos; juntos, tivemos momentos bons e ruins, marcados por um convívio diversificado de opiniões e personalidades diferentes.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que o trabalho fosse realizado.

Só tenho a agradecer. Obrigada!

BARBOSA, Helen Caroline dos Santos. **O Trabalho interdisciplinar com crianças e adolescentes no Serviço de Proteção Social Básica do Sistema único de Assistência Social - SUAS**. 2019. 103 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

RESUMO

A presente pesquisateve como objetivo analisar o trabalho interdisciplinar com as crianças e adolescentes do CRAS Antonio Thomaz Donato de Taquaritinga/SP. O estudo baseou-se no método do materialismo histórico dialético, com as categorias do método: totalidade, historicidade e mediação. Mediante pesquisa bibliográfica foi possível fundamentar o conhecimento teórico e embasar a análise dos dados e a pesquisa de campo com vistas a aproximar a pesquisadora do objeto de estudo. A política de assistência social, por meio de seus profissionais/executores, tem o compromisso com a infância e a adolescência no que diz respeito à busca das plenas condições de vida a essa população. A equipe profissional, em parceria com a família e lançando mão das políticas básicas (saúde e educação), atenderá aos princípios da prioridade absoluta e da proteção integral. O primeiro capítulo apresentou a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, detalhando o cenário e o universo da pesquisa, os instrumentais utilizados, o perfil dos participantes e o método. O segundo capítulo abordou a história da infância e adolescência no Brasil, com vistas à formação do Estado, e as políticas de assistência social, perpassando pelo Serviço de Proteção Social Básica do SUAS com crianças e adolescentes, bem como o trabalho social com as famílias. O terceiro capítulo buscou analisar o trabalho interdisciplinar dos profissionais do CRAS Antonio Thomaz Donato de Taquaritinga/SP por meio dos dados apreendidos nas entrevistas realizadas com os profissionais do CRAS e os oficineiros. Os resultados revelaram que os profissionais envolvidos nas ações desenvolvidas com a infância e a adolescência não trabalham interdisciplinarmente como está previsto no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Este trabalho não é efetivado em sua totalidade, visto que não alcança os objetivos no âmbito protetivo, proativo e preventivo da Proteção Social Básica.

Palavras-chave: Trabalho interdisciplinar. Criança e Adolescente. Assistência Social.

BARBOSA, Helen Caroline dos Santos. **Interdisciplinary work with children and adolescents in the Basic Social Protection Service of the Single Social Assistance System - SUAS**. 2019. 103 f. Dissertation (Master's in Social Work) – Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University “Júlio de MesquitaFilho”, Franca, 2019.

ABSTRACT

The present research sought to analyze the interdisciplinary work with the children and adolescents of CRAS Antônio Thomaz Donato of Taquaritinga/SP. The study was based on the method of dialectical historical materialism, with a qualitative approach, through bibliographical research to support theoretical knowledge and to base the data analysis, and field research with a view to bringing the researcher closer to the object of study. The first chapter presented the methodology used for the development of the research, detailing the scenario and universe of the research, used instruments, profile of the participants and the method. The second chapter addressed the history of childhood and adolescence in Brazil, with a view to the formation of the State and social assistance policies, through the Basic Social Protection Service of SUAS with children and adolescents, and social work with families. The third chapter sought to analyze the interdisciplinary work of the professionals of the CRAS Antônio Thomaz Donato of Taquaritinga/SP through the data collected in the interviews with the professionals of CRAS and the clerks. The results show that the professionals involved in the actions developed with children and adolescents do not work interdisciplinarily as provided by the Service of Protection and Integral Assistance to the Family – PAIF. This work is not being carried out, it does not reach the objectives in the protective, proactive and preventive scope of Basic Social Protection.

Keywords: Interdisciplinary work. Child and Teenager. Social Assistance.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Vínculo Empregatício	300
---	------------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Faixa etária dos participantes da pesquisa.....	29
Quadro 2 – Formação Profissional	29
Quadro 3 – Composição da Equipe de Referência do CRAS	64
Quadro 4 – Atribuições da equipe de referência do CRAS.....	76

LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DF	Distrito Federal
DNCr	Departamento Nacional da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica de Assistência Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM)
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....	18
1. O cenário e o universo da pesquisa: Município de Taquaritinga/SP e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Antônio Thomaz Donato	19
1.2 Aspectos metodológicos da pesquisa	21
1.3 Participantes da pesquisa	28
CAPÍTULO 2 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: REPERCUSSÕES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	31
2.1 O Estado e a Política de Assistência Social no Brasil	41
2.2 Serviços de Proteção Social Básica às crianças e adolescentes	46
2.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	47
2.2.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV	53
2.3 As famílias e o trabalho social no Serviço de Proteção Social Básica	58
CAPÍTULO 3 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO CRAS ANTÔNIO THOMAZ DONATO, DE TAQUARITINGA/SP	61
3.1 Breves reflexões acerca da centralidade do trabalho na vida do ser humano	62
3.2 O trabalho e atribuições da equipe de referência do CRAS	64
3.3 A interdisciplinaridade do trabalho da equipe do CRAS junto à infância e à adolescência.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICES	95

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A EQUIPE INTERDISCIPLINAR DO CRAS "ANTONIO THOMAZ DONATO" DE TAQUARITINGA/SP	96
ANEXOS	97
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE....	98
ANEXO B – DECLARAÇÃO INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA.....	99
ANEXO C – COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO	100
ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	101

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o trabalho interdisciplinar com crianças e adolescentes no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Antônio Thomaz Donato, no município de Taquaritinga/SP.

A presente pesquisa foi motivada pela trajetória profissional da pesquisadora como assistente social desde 2016 na política pública de assistência social, especificamente no Serviço de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, atuando no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Silvio Basso, no município de Taquaritinga/SP.

Em meio à precarização do trabalho, a exigir dos profissionais respostas rápidas às demandas emergentes, e com os desmontes das políticas sociais, a pesquisa parte do pressuposto de que os profissionais que atuam com as políticas públicas de assistência social sofrem diariamente desafios para efetivar um trabalho interdisciplinar com as crianças e adolescentes. Isso se dá porque o sistema capitalista impõe um serviço que dê respostas imediatas, sem visar à qualidade do serviço e muito menos tendo o olhar voltado ao indivíduo e às famílias que necessitam dos serviços.

Discutir o trabalho interdisciplinar na infância pela política de assistência social é de extrema relevância para o direcionamento crítico desta pesquisa, uma vez que crianças e adolescentes são considerados seres em desenvolvimento, que precisam de proteção e da garantia dos seus direitos, como previsto legalmente, sendo os CRAS instituições que trabalham no âmbito da prevenção social básica com as famílias em situações de vulnerabilidade social.

O Estado sempre foi pensado e organizado de acordo com os interesses da classe burguesa, atendendo assim a suas demandas, como um regulador das relações sociais sem se opor à exploração do trabalho. Com a atual política neoliberal, o Estado cada vez mais reduz sua participação na defesa dos interesses da classe trabalhadora, transferindo para a sociedade e terceiro setor as responsabilidades com os problemas sociais.

Com essa característica, as políticas públicas estão se tornando cada vez mais reduzidas e seletivas, dificultando o trabalho dos profissionais nos CRAS, na busca de uma efetiva garantia de direitos a todos os cidadãos que dela necessitam. O cenário atual é desafiador para trabalhar com tais políticas, com poucos investimentos do setor público, o olhar cada vez mais distante para estas classes e o

risco iminente de se tornar um trabalho pautado cada vez mais pelo assistencialismo, aqui caracterizado por ação emergencial, caritativa e alienatória, visando à reprodução do sistema vigente.

Com a precarização das condições de trabalho cada vez mais acentuadas, os profissionais não conseguem realizar um trabalho efetivo nem pensar interdisciplinarmente nas demandas apresentadas no cotidiano do trabalho profissional.

A política de assistência social prevê uma equipe interdisciplinar em sua composição no Serviço de Proteção Social Básica, para fazer atendimento e trabalho social com as famílias e a população em suas diversas faixas etárias.

No trabalho interdisciplinar na política de assistência social, especificamente nos CRAS, devem-se priorizar momentos para reflexões e trocas de saberes sobre as demandas colocadas no cotidiano dos profissionais por intermédio de reuniões para debates. Esses momentos permitem que os profissionais construam em conjunto o planejamento e a operacionalização das atividades para o trabalho em equipe.

Porém, é imprescindível que haja trabalho interdisciplinar nos CRAS, uma vez que nenhum profissional trabalha sozinho, e tampouco será capaz de responder às várias demandas impostas pela sociedade vigente. A troca de saberes, o estudo, o pensar entre os profissionais tornam-se relevantes para o trabalho social.

Nesta perspectiva, os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social –SUAS devem possuir conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para efetivar um trabalho direcionado às crianças e adolescentes, na perspectiva de garantia de direitos, e não pautado pelo assistencialismo.

Os profissionais que atuam na Política de Proteção Social Básica do SUAS trabalham com usuários de várias faixas etárias; uma delas são as crianças e os adolescentes. Portanto, é imprescindível conhecer a história deles, que por muito tempo foram vistos como "menores delinquentes"¹, acarretando riscos para a sociedade.

¹ Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, a expressão menor é considerada inapropriada para designar crianças e adolescentes, pois, mediante a legislação, são considerados seres de direitos e em situação peculiar de desenvolvimento.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as crianças e adolescentes foram reconhecidos como seres em desenvolvimento, cidadãos de direitos e deveres.

Mediante as políticas públicas, é preciso articular ações no sentido da construção de uma rede de proteção social à criança e ao adolescente, onde o CRAS assume papel relevante, como um órgão de prevenção das situações de risco em seu território de abrangência, incluindo a prevenção, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e, também, a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Estudar a temática do trabalho interdisciplinar com crianças e adolescentes na política de assistência social pode contribuir para profundas reflexões sobre a atuação destes profissionais em seus espaços sócio-ocupacionais, como também torná-los profissionais críticos, reflexivos e criativos.

A presente pesquisa fundamentou-se no método do materialismo histórico dialético. Como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica fundamentou o conhecimento teórico, reflexivo e a pesquisa de campo, viabilizou aprofundamento do objeto de estudo, investigando o trabalho interdisciplinar da equipe com crianças e adolescentes no serviço de proteção social básica do SUAS.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro, “A trajetória da pesquisa”, aborda o universo e cenário da pesquisa, o percurso metodológico e o perfil dos participantes da pesquisa de campo.

O segundo capítulo, “Infância e adolescência: repercussões na Política de Assistência Social”, enfoca a história das crianças e adolescentes no Brasil, com vistas à formação do Estado e às políticas de assistência social, perpassando pelo Serviço de Proteção Social Básica do SUAS com as crianças e adolescentes, e o trabalho social com as famílias.

Promoveu-se, sobre a referida temática, uma reflexão teórica com os seguintes autores: Irene Rizzini, Arno Vogel, Potyara Pereira, Norberto Bobbio, Domenico Losurdo, Elaine Behring, Ivanete Boschetti, entre outros.

No terceiro capítulo, “O trabalho Interdisciplinar no CRAS Antônio Thomaz Donato de Taquaritinga/SP”, analisa-se o trabalho dos profissionais desenvolvido junto à infância e à adolescência no CRAS Antônio Thomaz Donato. Concomitantemente, analisam-se os dados apreendidos por meio das entrevistas

realizadas com os profissionais do CRAS e osicineiros, assim designados os profissionais que trabalharam nas oficinas com a população em destaque.

Estudar a temática do trabalho interdisciplinar com crianças e adolescentes na política de assistência social conduziu a profundas reflexões sobre a atuação destes profissionais em seus espaços sócio-ocupacionais, como também na perspectiva de se tornarem profissionais mais críticos no tocante à política de assistência social brasileira e na proposta de um novo projeto societário de efetivos direitos à população infanto juvenil invisível historicamente.

CAPÍTULO 1TRAJETÓRIA DA PESQUISA

1. O cenário e o universo da pesquisa: Município de Taquaritinga/SP e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Antônio Thomaz Donato

O município de Taquaritinga/SP passou por vários ciclos de desenvolvimento até tornar-se Taquaritinga. Cronologicamente, sua consolidação político-administrativa deu-se em várias etapas, a seguir descritas brevemente.

O seu primeiro período deu-se em 8 de junho 1868, com registro correspondente à escritura de doação das terras de 64 alqueires a “São Sebastião dos Coqueiros”.

O segundo período é marcado pela elevação à categoria de Distrito da Paz da comarca de Jaboticabal, pela Lei Provincial nº 9, de 16 de março de 1880. Este segundo ciclo é denominado de “ciclo da emancipação e consolidação político-administrativa e judiciária”.

O terceiro período caracteriza-se pela “consolidação econômica do município”, na década de 1930, com a estrada de ferro, fazendas e cultivo do café, consolidando o progresso econômico.

O quarto período é denominado “ciclo da recessão econômica”. Com a crise do café e o período ditatorial durante o governo de Getúlio Vargas, houve grandes dificuldades para a economia do município.

O quinto período é marcado por um período de transição até a década de 1960, denominado “ciclo de desenvolvimento e crescimento”, pois a cidade começou a se expandir, com o surgimento de diversos bairros periféricos e a instalação de indústrias.

Foi nessa época que começaram a surgir os novos bairros - São Sebastião, Talavasso, Vila Buscardi, Vila de Santi. Durante os anos 60, se estendendo pelos anos 70, aqui se instalaram várias indústrias – Colombo, Peixe, Paoletti – que transformavam produtos agrícolas em produtos industrializados. A partir da década de 80, a cidade passou a crescer para a parte sul, com o surgimento dos bairros Santo Antônio, Paraíso e a nordeste, com a abertura dos loteamentos denominados Jardim Contendas e Residencial Laranjeiras, que se constituem na parte nova e mais nobre da cidade (PERIA, 2013, *online*).

O sexto período teve seu início na década de 1990 e foi denominado de “ciclo de estagnação econômica”. Nele ocorreu a desativação de várias indústrias, o

fechamento de casas comerciais, a inadimplência dos produtores agrícolas devido ao baixo preço da laranja, que era o principal produto agrícola do município.

A partir do ano de 2000, o município volta a crescer lentamente. Na cidade encontram-se instaladas empresas e indústrias de porte. O setor agrícola sofreu mudanças: diminuição do plantio de laranjas, dando lugar para a cana-de-açúcar, que atualmente é o principal produto da economia do município.

De acordo com Peria (2013, *online*), seguem algumas datas relevantes nesta trajetória do município:

- 8 de junho de 1868: doação das terras a São Sebastião dos Coqueiros;
- 16 de março de 1880: patrimônio foi elevado à categoria de Distrito da Paz da comarca de Jaboticabal pela Lei Provincial nº9;
- 25 de julho de 1892: por decreto, o povoado é elevado à categoria de vila de São Sebastião do Ribeirãozinho;
- 22 de dezembro de 1892: é instalada a primeira câmara municipal;
- 19 de dezembro de 1905: pela Lei Estadual nº1.038, a sede do município é elevada à categoria de “cidade”;
- 25 de novembro de 1907: pela Lei Estadual nº 1.102-A, é criada a comarca. Pela primeira vez surge o nome de Taquaritinga;
- 4 de fevereiro de 1908: é instalada a Comarca de Taquaritinga.

O município de Taquaritinga está situado a 345 km da capital de São Paulo. Segundo o Censo do IBGE de 2017, sua extensão territorial é de 594,335 km², incluindo os distritos de Guariroba, Jurupema e Vila Negri. Possui uma população de 56.984 habitantes. Taquaritinga faz divisa ao norte com os municípios de Jaboticabal e de Monte Alto, a noroeste com os municípios de Fernando Prestes e Cândido Rodrigues, ao sul com o município de Matão, a sudeste com os municípios de Santa Ernestina e Dobrada, e a sudoeste com o município de Itápolis (BRASIL, 2018, *online*).

No município, pela política de assistência social, há dois Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, que são unidades de Proteção Social Básica do SUAS. São seus objetivos: a prevenção de ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, o fortalecimento de vínculos

familiares e comunitários, e a ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009, p. 9).

Os serviços são ofertados em territórios de maior vulnerabilidade e risco social, possibilitando o acesso a um grande número de famílias que deles necessitam. Um dos objetivos da assistência social é promover a vigilância socioassistencial, apresentando um panorama geral da realidade social na área de abrangência, além de compreender, por meio de dados qualitativos e quantitativos, a realidade das famílias referenciadas e identificar os problemas inerentes ao território, considerando as particularidades da realidade local. Em decorrência disso, o CRAS pode desenvolver serviços, programas e projetos direcionados às reais necessidades e carências da população.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109, de 11/11/2009), a Proteção Social Básica deve ofertar os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

No município de Taquaritinga, os CRAS que executam serviços de Proteção Social Básica são: CRAS Silvio Basso, localizado no Jardim São Sebastião, e o CRAS Antônio Thomaz Donato, localizado no Jardim Micali. No ano de 2018, os dois CRAS desenvolveram atividades com crianças e adolescentes na faixa etária de seis a 17 anos.

Nesta pesquisa, o universo definido é o CRAS Antônio Thomaz Donato. Vale ressaltar que a pesquisadora não conseguiu informações acerca da implantação do CRAS no município. Entretanto, isso não inviabilizou a pesquisa nem prejudicou sua análise.

1.2 Aspectos metodológicos da pesquisa

O presente item apresenta a trajetória metodológica desta pesquisa, com abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, buscando o processo crítico e reflexivo sobre o trabalho interdisciplinar no serviço de proteção social básica com a infância e a adolescência.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o trabalho da equipe interdisciplinar com crianças e adolescentes do CRAS Antônio Thomaz Donato, do município de Taquaritinga.

O trabalho interdisciplinar está previsto na política de assistência social pelo serviço de Proteção Social Básica, contando com profissionais de nível superior com formação em Serviço Social, Psicologia, e demais profissionais do SUAS.²

Atualmente observa-se um cenário desafiador para trabalhar com as políticas sociais, cada vez mais reduzidas, escassas e seletivas, com pouco investimento do setor público e sob o risco de tornar-se um trabalho pautado cada vez mais pelo assistencialismo. É imprescindível que os profissionais que atuam na política de assistência social entendam e reflitam sobre sua atuação profissional, buscando sempre intervir na defesa e garantia de direitos da população usuária dos serviços.

Esta pesquisa foi motivada pela trajetória profissional da pesquisadora, a partir do contato com crianças e adolescentes no campo de trabalho, porquanto este gera inquietações, questionamentos e indagações; e também por afinidade com o tema.

A pesquisa partiu do pressuposto de que os profissionais que atuam nas políticas públicas de assistência social não realizam um trabalho interdisciplinar efetivo com a infância e a adolescência no CRAS Antônio Thomaz Donato, pois o sistema capitalista, bem como as refrações da questão social³, requer dos profissionais respostas imediatas aos problemas sociais, não visando à qualidade do serviço e sem um olhar direcionado ao indivíduo e às famílias que necessitam dos serviços, muitas vezes para a própria sobrevivência.

O ato de pesquisar responde às inquietações do pesquisador sobre a realidade social concreta, vivenciando um processo de construção e desconstrução de conhecimentos, contribuindo assim com a formação da sua consciência crítica.

A pesquisa é definida, segundo Gil, como um processo reflexivo intenso (2007, p. 17):

²Poderão compor a equipe: pedagogo, sociólogo, antropólogo ou outro profissional com formação compatível com a intervenção social realizado pelo PAIF (BRASIL, 2009, p. 61).

³ Questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista [...] (IAMAMOTO, 2000, p. 27), expressões estas como desemprego, alcoolismo, trabalho infantil etc.

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados (GIL, 2007, p. 17).

Segundo Barros e Lehfeld (2007, p.82), “[...] a pesquisa constitui um ato dinâmico de questionamento, indagação e aprofundamento [...]. É a busca de uma resposta significativa a uma dúvida ou problema”.

Assim, a pesquisa surge por meio de dúvidas, indagações, perguntas, problematizações do homem sobre o meio em que vive, na busca por respostas, motivada muitas vezes pelo desejo de esclarecer suas dúvidas. É por meio da pesquisa que o conhecimento científico pode ser adquirido e que o homem transforma a natureza e se transforma.

Para Barros e Lehfeld (2014, p. 11), “o conhecimento é a tomada de consciência de um mundo vivido pelo homem e que solicita uma atitude crítico-prática, envolvendo o mundo sensível, perceptível e intelectual do ser pensante”. O homem, historicamente, busca por conhecimentos, pois é um animal curioso desde o seu nascimento, e interage com a natureza e os objetos à sua volta, buscando construir o saber científico.

A pesquisa realizada trabalhou com uma realidade subjetiva, que não é palpável, mas atende às situações particulares dos fenômenos. Teve a pretensão de não dicotomizar as abordagens qualitativa e quantitativa, mas sim de analisar o fenômeno na sua totalidade e essência.

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21).

Nas Ciências Sociais, a pesquisa qualitativa é relevante, pois se aprofunda no entendimento das relações humanas e se baseia na realidade, aspectos que não podem ser palpáveis ou mensurados, e ainda com significados, crenças e valores. A pesquisa qualitativa, por meio da visão crítico-dialética, possibilitou uma compreensão mais aproximada da realidade cotidiana estudada, considerando a subjetividade, o inesperado, o imprevisível e o imensurável.

A pesquisa fundamentou-se no método do materialismo histórico dialético, que analisa de forma crítica o que está por trás da aparência e do senso comum, e

busca, mediante o conhecimento adquirido, transformar a realidade vivenciada pela pesquisadora. Em verdade, [...] “é o caminho pelo qual se pode desvendar a constituição do todo por meio de aproximações contínuas sem a pretensão de esgotar as possibilidades de compreensão das determinações presentes na realidade”(BOURGUIGNON, 2008, p. 20).

Segundo Minayo, “a Dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos” (2001, p.24).

A reflexão do método, para Netto e Carvalho, diz respeito ao movimento do objeto investigado.

[...] o método não é um componente alienável da teoria. Ele não se forja, também, independentemente do objeto que se pesquisa – é uma relação necessária pela qual o sujeito que investiga pode reproduzir intelectualmente o processo do objeto investigado, para apanhar o *movimento constitutivo do ser social* – e a reprodução intelectual deste configura a base da teoria mesma. O círculo investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, avança do empírico (os “fatos”), apreende as suas relações com outros conjuntos empíricos, pesquisa a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno – e reconstrói, no plano do pensamento, todo este processo. E, ao fim e ao cabo, por aproximações sucessivas, regressa ao ponto de partida; mas os “fatos”, a cada nova e subsequente abordagem, mostram-se produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento macroscópico que os engendra e de são índices (NETTO; CARVALHO, 2012, p.75-76).

Esta pesquisa analisou o contexto social em torno do trabalho interdisciplinar com a infância e adolescência no serviço da Proteção Social Básica do SUAS, com o intuito de transformar a sua realidade de trabalho.

Para tanto, foi inicialmente realizado um estudo exploratório acerca da pesquisa bibliográfica, com a temática “o trabalho da equipe técnica no serviço de proteção social básica do SUAS com crianças e adolescentes”.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores [...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (GIL, 2012, p. 27).

Para a realização desta investigação, a pesquisa bibliográfica, que são materiais já elaborados por outros autores (GIL, 2012), viabilizou o aprofundamento da temática estudada. Foram utilizados livros, artigos científicos, teses, dissertações, leis, entre outros.

Para o processo reflexivo, por meio da pesquisa bibliográfica, as categorias teóricas definidas foram: (i) política de assistência social, (ii) crianças e adolescentes, (iii) trabalho interdisciplinar.

No levantamento das categorias teóricas, foi imprescindível o recorte temporal deste estudo, definido a partir da década de 1980, segundo os marcos legais, tais como: a Constituição de 1988; a Política de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) 2004; a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 1993; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990; a Norma Operacional Básica de Assistência Social (NOB-SUAS) 2005, e ainda os marcos relevantes subsequentes em que os profissionais atuam no âmbito da política de assistência social para a infância e a adolescência.

Foi realizada também a pesquisa de campo, com o objetivo de conhecer a realidade estudada. Esta, segundo Barros e Lehfeld (2009, p.34), ocorre “quando o investigador vai direto ao campo para apreender os dados, tendo um contato direto com o fenômeno a ser estudado”, que foi o trabalho interdisciplinar no CRAS Antônio Thomaz Donato de Taquaritinga, com crianças e adolescentes.

Por meio da pesquisa de campo, foram possíveis questionamentos sobre o objeto de investigação dentro da realidade vivenciada pelos participantes, permitindo a compreensão e a apreensão do trabalho interdisciplinar no Serviço de Proteção Social Básica do SUAS.

Conforme abordado anteriormente, o cenário da pesquisa, o município de Taquaritinga, conta com dois CRAS que executam os serviços da Proteção Social Básica, sendo escolhido o CRAS Antônio Thomaz Donato para a pesquisa de campo.

A escolha pelo CRAS Antônio Thomaz Donato deve-se à pesquisadora ser uma das profissionais que compõem a equipe técnica de nível superior do outro CRAS, o Silvio Basso, com o intuito de preservar a pesquisa sem interferência nas análises dos resultados, visando à neutralidade (enquanto distanciamento da realidade investigada) e à ética da pesquisa.

Primeiramente, foi realizado um breve contato telefônico com a coordenadora do CRAS Antônio Thomaz Donato para consultar sobre a possível aprovação da pesquisa de campo a ser realizada na unidade assistencial, e também obter informações sobre a equipe profissional que compõe o CRAS, assim como sobre as atividades realizadas, referentes ao ano de 2018, com crianças e adolescentes.

Durante o contato telefônico, a coordenadora autorizou a pesquisa no CRAS, obtendo junto ao secretário de Desenvolvimento Social do Município sua assinatura, mediante Declaração de Autorização da Pesquisa, que foi anexada ao projeto de pesquisa para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, do *Campus* da UNESP de Franca/SP.

A coordenadora do CRAS Antônio Thomaz Donato relatou que a equipe profissional no ano de 2018 era composta por uma assistente social, uma psicóloga, a coordenadora e os três professores que ministravam as oficinas de dança, karatê e teatro.

As atividades realizadas com as crianças e adolescentes no CRAS Antônio Thomaz Donato compunham as oficinas: karatê, segunda-feira, das 9h às 10h (seis a 12 anos); terça-feira, das 13h30 às 14h30 (seis a dez anos), e quinta-feira, das 13h30 às 14h30 (dez a 17 anos); dança livre, toda sexta-feira, das 9h às 10h (seis a 12 anos), das 14h às 15h (seis a 12 anos) e das 15h às 16h (13 a 17 anos); e teatro, toda quarta-feira, das 14h às 15h30 e das 15h30 às 17h. As oficinas foram definidas pela equipe profissional do CRAS Antônio Thomaz Donato, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Social do município.

Os profissionais que desenvolviam as oficinas de karatê e de dança livre foram contratados temporariamente por sete meses pela Prefeitura Municipal; já o profissional que desenvolveu a oficina de teatro realizou trabalho voluntário pelo período de um ano.

A pesquisa de campo foi realizada com a assistente social, a psicóloga, a coordenadora e os três professores que ministravam as oficinas (dança, karatê e teatro), utilizando como instrumental a entrevista com roteiro semiestruturado (perguntas abertas e fechadas). Para Minayo (2001, p. 57), a entrevista não se caracteriza como uma conversa neutra, uma vez que os sujeitos da pesquisa estão

inseridos na realidade social pesquisada. A entrevista foi gravada por áudio com aparelho celular.

As perguntas elaboradas pelas pesquisadoras basearam-se no trabalho desenvolvido por elas e de acordo com a visão que possuem sobre o trabalho interdisciplinar no tocante à infância e adolescência.

Após o levantamento das informações, foi agendado horário com os profissionais mediante contato telefônico para a realização da entrevista, em dias e horários diferentes, para que assim fosse feita uma pesquisa individual. Primeiramente, foi realizada a entrevista com as profissionais do CRAS, e posteriormente com osicineiros de dança, karatê e teatro.

Houve primeiramente uma conversa com os profissionais, explicando porque foram selecionados para participar de uma pesquisa de campo, de Dissertação de Mestrado, cujo tema é “O trabalho interdisciplinar com crianças e adolescentes no Serviço de Proteção Social Básica do SUAS”. Na ocasião, esclareceu-se o objeto de estudo, explicitando que se tratava de uma pesquisa que manteria sob sigilo as identidades e que a participação não envolveria gastos.

Foi-lhes entregue o questionário para uma breve leitura das perguntas e duas vias do termo TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Todos leram e concordaram em participar da pesquisa, ficando uma via do termo TCLE com eles e a outra com a pesquisadora.

No momento da leitura do questionário, dois profissionais de nível superior do CRAS e doisicineiros se mostraram em dúvida e confusos sobre ao que poderiam responder. Foi esclarecido que os participantes deveriam responder de acordo com a realidade deles de trabalho, cada um expondo o seu ponto de vista. Após a leitura das perguntas pelos participantes, a entrevista foi gravada por áudio com aparelho celular, mediante autorização.

Com os dados apreendidos, realizou-se a análise, a leitura e a organização desses. Segundo Barros e Lehfeld,

[...] a análise de dados constitui-se num momento muito importante de todas as pesquisas, pois é nela que buscaremos as respostas pretendidas, através da utilização dos raciocínios indutivos, dedutivos, comparativos etc. Esse processo de interpretação dos dados subentende ainda a construção anterior das categorias analíticas dos estudos e o desenho do quadro-referência (BARROS; LEHFELD, 2009, p. 86).

Salienta-se que, para a análise e o tratamento dos dados, houve escuta e transcrição das entrevistas gravadas por áudio no celular. Com o intuito de assegurar o anonimato dos participantes da pesquisa e a confidencialidade das informações, foram atribuídos nomes fictícios para os seis participantes da pesquisa, a saber: Pedro, Sofia, Maria, Gabriela, Júlia e André.

Ademais, foram estabelecidas categorias filosóficas, segundo o referencial dialético-crítico em Marx: historicidade, mediação e totalidade. Esta pesquisa foi possível por meio da mediação do conhecimento da pesquisadora, com a visão de totalidade no contexto estudado, ou seja, desde a categoria trabalho/interdisciplinaridade até a infância e adolescência, perpassando a política de assistência social e o Estado como mediador das relações sociais.

A pesquisa científica é sempre apreensão de uma totalidade viva, em movimento, que tem um historicidade. Portanto, os acontecimentos que se apresentam como aspectos isolados deverão ser apreendidos no processo da investigação concreta e submetidos à análise que busca sua gênese constitutiva e sua natureza (GOHN, 2005, p. 256).

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unesp *Campus Franca*, por meio da Plataforma Brasil.

A pesquisa obedeceu à Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, pois envolve seres humanos, respeitando assim a confidencialidade das informações, o anonimato dos sujeitos, além da apresentação e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como forma de devolutiva dos resultados da pesquisa, será enviada via e-mail cópia digitalizada da dissertação aos CRAS do município de Taquaritinga. Será solicitado a Secretaria de Desenvolvimento Social a possibilidade de uma apresentação da pesquisa para os CRAS de Taquaritinga. Além de apresentar à sociedade por meio de publicações acadêmicas, participação em fóruns de discussão acerca da temática.

1.3 Participantes da pesquisa

Conforme mencionado na metodologia da pesquisa, foram analisadas seis entrevistas: três com os profissionais de nível superior do CRAS Antônio Tomaz Donato e três com osicineiros de dança, karatê e teatro.

Em relação aos participantes desta pesquisa, quatro são do sexo feminino e dois do sexo masculino. Com o intuito de preservar suas identidades, utilizaram-se nomes fictícios, como já foi observado.

Quadro 1– Faixa etária dos participantes da pesquisa

Profissionais	Faixa etária
Equipe profissional	30 a 40 anos
Oficineiros	20 a 30 anos

Fonte: Elaborado por Helen Caroline dos Santos Barbosa, 2019.

É possível identificar a formação profissional heterogênea dos participantes, contribuindo com um possível trabalho qualitativo e efetivo junto à infância e à adolescência pesquisadas, como na tabela a seguir:

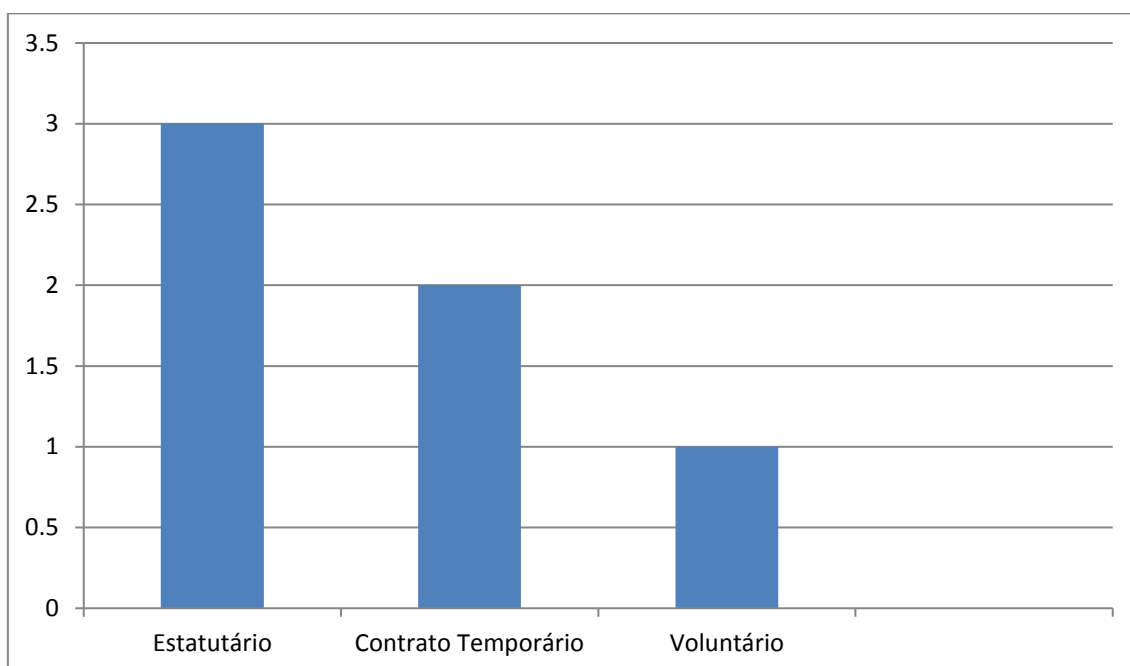
Quadro 2– Formação Profissional

Nome	Formação
Maria	Psicologia
Júlia	Pedagogia
Gabriela	Serviço Social
André	Técnico em arte dramática, história
Sofia	Pedagogia
Pedro	Educação Física

Fonte: Elaborado por Helen Caroline dos Santos Barbosa, 2019.

O tempo de trabalho no CRAS de todos os participantes da pesquisa encontra-se entre sete meses e 11anos. Vale ressaltar que dosicineiros que desenvolveram atividades com crianças e adolescentes no ano de 2018, dois trabalharam por um período de sete meses e um por período de um ano.

Os profissionais participantes da pesquisa possuem diferentes vínculos empregatícios no CRAS Antônio Thomaz Donato, como se vê a seguir:

Gráfico 1– Vínculo Empregatício

Fonte: Elaborado por Helen Caroline dos Santos Barbosa, 2019.

De acordo com a entrevista, cinco profissionais possuem experiência de trabalho com crianças e adolescentes, e uma profissional não possui experiência.

As experiências profissionais mencionadas no trabalho com a infância e adolescência pelos cinco participantes da pesquisa são: Centro Cultural de Dança, CRAS, Programa de Acolhimento Institucional ⁴, Educador Físico Escolar e Instrutor de teatro infantil.

Evidenciou-se, por meio do perfil dos participantes da pesquisa, que a maioria dos profissionais possui experiência de trabalho com a infância e adolescência, sendo possível assim fazer uma análise crítica sobre o objeto de pesquisa a ser estudado.

Diante dessa análise, faz-se necessário no próximo capítulo prosseguir com a reflexão acerca da infância e da adolescência, e da Política de Assistência Social no Brasil, em seu contexto social, histórico e político.

⁴ São serviços que acolhem Crianças e Adolescentes em medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família (BRASIL, 2015, *online*).

CAPÍTULO 2 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: REPERCUSSÕES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Por vários séculos, as crianças e adolescentes da classe trabalhadora não eram vistas nem pensadas pelo poder público e pela sociedade como pessoas e seres em desenvolvimento que possuem direitos e deveres.

As crianças e os adolescentes da classe burguesa eram tratados diferentemente da classe trabalhadora. Em relação à primeira, garantia-se desde a infância uma formação moral e intelectual, enquanto aos demais o trabalho era garantido desde cedo nas indústrias.

Estudando a infância e a adolescência e visando fazer uma reflexão sobre o seu processo histórico em nossa sociedade, é possível verificar que atualmente continua enraizada uma cultura preconceituosa de não valorização e respeito às crianças e adolescentes.

No Brasil, na década de 1930, o trabalho nas indústrias era árduo e extenuante, colocando em risco a vida de muitas crianças e adolescentes.

O desenvolvimento exacerbado da industrialização brasileira no primeiro governo de Getúlio Vargas acarretou nas cidades o crescimento de problemas sociais relativos à exploração do trabalhador nas indústrias, ao trabalho infantil e à presença de mulheres. Tratava-se de um trabalho precário, a ocasionar inúmeros acidentes de trabalho.

Surgiram então os cortiços nas cidades, com péssimas condições de saneamento básico, resultando num alastramento de pestes e epidemias.

Nesse contexto de problemas sociais e desigualdades, com um alto índice de “menores”⁵ abandonados e embriagados pelas ruas, cometendo desordens e crimes (furtos e roubos) a fim de prover o próprio sustento e o de sua família, as crianças e os adolescentes deixam de ser pensados e cuidados apenas no âmbito da família e da Igreja, e despertam o interesse do Estado, pois passam a ser vistos como o futuro da nação.

[...] Verifica-se o surgimento ou o agravamento de crises sociais que outrora eram pouco relevantes no cotidiano da cidade. A criminalidade avoluma-se e torna-se uma faceta importante daquele cotidiano, quer pela vivência dos fatos materiais, quer pela interiorização da insegurança, que em maior ou menor grau atingia as pessoas. O aumento da ocorrência de crimes é acompanhado pelo aumento e especialização dos mecanismos de

⁵ Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, a expressão “menor” é considerada inadequada para designar crianças e adolescentes; estes passam a ser considerados seres de direitos e em desenvolvimento.

repressão, gerando uma maior incidência de conflitos urbanos, numa clara manifestação do agravamento das tensões sociais (SANTOS, 2013, p. 213 apud BUENO, 2014, p. 29).

O real interesse mascarado pelo Estado quanto à infância, naquela época, intentava manter a ordem social, pois “em se tratando da infância pobre, educar tinha por meta moldá-la para a submissão” (RIZZINI, 2011, p. 29). Seriam necessárias estratégias de repressão “pedagógicas” visando à sua reinserção na sociedade.

Para esses “menores”, considerados perigosos ou em perigo, as ações tomadas pelo Estado consistiam na institucionalização para aqueles considerados “marginais”, e aos que não demonstravam perigo para a sociedade, o trabalho nas indústrias, adotado como forma de “salvá-los” do perigo nas ruas, ou seja, do convívio com outros menores que poderiam influenciá-los para seguirem o caminho dos roubos, assaltos e da marginalização.

Nesse período, havia grande índice de crianças e adolescentes abandonados pelas ruas, perambulando e cometendo crimes. Com isso, o Estado começa a refletir sobre o porquê de esses “menores” estarem pelas ruas. A família passa a ser olhada como a responsável por isso, constituindo-se em alvo de punições e de políticas direcionadas para o “enquadramento” na sociedade.

As famílias⁶ pobres consideradas não habilitadas a educar seus filhos e manter os laços fortalecidos no cumprimento de seus deveres sofriam com a intervenção do Estado, acarretando até a perda do poder familiar⁷.

Para tanto, criaram-se dispositivos de intervenção, sob a forma de normas jurídicas e procedimentos judiciais, que atribuíam ao Estado o poder de atuar sobre o menor e intervir sobre sua família em todos os níveis – no Legislativo, no Judiciário e no Executivo. Tais dispositivos constituíam, na verdade, uma nova versão de instrumentos de controle adaptados para este segmento da população: foram elaborados leis de proteção e assistência ao menor; inventados os tribunais para menores; reestruturadas as instituições para a infância (asílares e carcerárias) e criado um sistema de liberdade vigiada, destinado a manter parte dos menores fora do asilo, porém sob uma cerrada vigilância (RIZZINI, 2011, p. 130).

⁶ Grupo social unido por vínculo de consaguinidade, afinidade, e/ou solidariedade (BRASIL, 2012b, p.10).

⁷A expressão “pátrio poder” deve ser substituída pela expressão “poder familiar”, conforme a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.

Nesse período, a família era reconhecida como a principal responsável pela criação e cuidado dos filhos. Assim, para que eles não fossem abandonados, foi criado o Departamento Nacional da Criança –DNCr, por meio do Decreto-Lei nº2.024, de 17 de fevereiro de 1940. O DNCr elaborava estudos científicos para serem aplicados nas instituições coordenadas por organizações privadas que atendiam as mães e a seus filhos, visando manter os laços familiares.

Por meio do Decreto-Lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941, foi instituído o Serviço de Assistência a Menores (SAM), com o objetivo de prestar assistência ao “menor” e solucionar os problemas jurídicos do Juízo de Menores. Sua operacionalização se deu, primeiramente, no Distrito Federal, passando, por meio do Decreto-Lei nº 6.865, de 11 de setembro de 1944, para o todo o território nacional.

O Decreto-Lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941, tinha por fim:

- a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e
- b) particulares; b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes; c) abrigar os menores, á disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal; d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento; e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos; f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas (BRASIL, 1941, *online*).

Além da criação do DNCr e do SAM, em 1942 foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) pela primeira-dama Darcy Vargas. A LBA firmava convênios com instituições privadas e públicas para a prestação de diversos serviços referentes à maternidade e à infância.

Em 1964, o SAM foi substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) por meio da Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, constituindo uma entidade autônoma. A Funabem era o órgão responsável por definir a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM).

O grande e explícito propósito da FUNABEM, com tudo isso, tinha sido interiorizar a política do bem-estar do menor, apoiando a implantação da infraestrutura capaz de garantir o funcionamento das fundações [estaduais]. Em decorrência, tinha apoiado, principalmente, projetos de centros de recepção e triagem (18), centros de reeducação (10) e centros de

prevenção (30), portanto, todos eles projetos de construção e, quase todos, acoplados a projetos de aquisição de equipamentos (VOGEL, 2011, p. 303).

Foram criadas as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEM), com a responsabilidade de executar as ações pertinentes à PNBEM, que considerava o adolescente abandonado e/ou infrator como uma questão de segurança pública, por meio de uma gestão centralizada e vertical.

Em 1979 é reformado o Código de Menores⁸ (Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979), que não trouxe inovação na forma de pensar ou de agir em relação à situação do “menor”, mantendo caráter repressor, corretivo e assistencialista.

Constatada a inutilidade da internação e da correção, ações tomadas pelo Estado em relação aos “menores”, começa-se a pensar, a partir de 1980, em novos paradigmas, por meio de encontros, seminários e da produção de materiais para estudo, com profissionais e defensores da infância e da adolescência no país.

A década de 1980 é um período marcado por várias mobilizações da sociedade em busca de melhorias e reconhecimento em todos os “campos” da vida, inclusive em relação às questões das crianças e dos adolescentes. Nessa época, tem-se a passagem de um governo ditatorial para um democrático, e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A sociedade, aos poucos, se sensibiliza e desperta para o sofrimento da infância e da adolescência e inicia as mobilizações e a luta que possibilitarão acesso às políticas públicas e ao respeito aos direitos humanos, que embasaram os grandes movimentos sociais e decisivas conquistas em favor da infância brasileira nos anos 1980 (BERETTA, 2010, p. 44).

A Constituição Federal de 1988 é um marco na área dos direitos da infância e adolescência. No artigo 227apresenta-se como prioridade absoluta o dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar tais direitos, além de zelar por qualquer tipo de discriminação, crueldade e opressão contra crianças e adolescentes.

A lei federal nº 8.069, de 13/7/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garante desde os direitos fundamentais até as políticas de

⁸ Em 1927, o Brasil homologou o seu primeiro Código de Menores, reformulado em 1979.

atendimento. Materializa uma “doutrina de proteção integral”, reconhecendo a criança e o adolescente como cidadãos de direitos.

Na Constituição Federal, no artigo 227, há indicação de que é dever tanto da família, do Estado e da sociedade assegurar vários direitos, como educação, saúde, lazer, etc., além de zelar por qualquer tipo de discriminação, crueldade e opressão contra crianças e adolescentes.

Não somente a Constituição Federal de 1988 altera o cenário das políticas voltadas às crianças e aos adolescentes, mas também o Estatuto da Criança e do Adolescente reforça os direitos e os deveres da criança em formação.

Assim, com a Carta Magna juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, ocorre a extinção do termo menor substituindo por criança e adolescente, ocorrendo uma mudança de conceito no reconhecimento e consolidação da existência de um novo sujeito político e social que não poderia mais ser tratado por programas isolados e políticas assistencialistas, devendo ter atenção prioritária de todos, independentemente da sua raça, situação social ou econômica, religião ou diferença cultural, visto que estão em processo de formação e desenvolvimento físico, mental, dos valores morais, culturais e sociais (VOLPI, 2001 apud CAPATO, 2014, p.36).

A Constituição Federal, o ECA e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 demonstram uma real mudança no pensamento e nas ações voltadas para a infância, entendendo-a como pessoas em desenvolvimento, havendo a necessidade de se assegurar direitos e proteção.

Tais legislações buscaram romper com o passado conservador, repressor, assistencialista, punitivo e ditador, por meio da oferta de serviços, programas e projetos educativos para mudanças de hábitos e de costumes.

No ECA encontra-se a definição de criança (indivíduo de zero a 12 anos incompletos) e de adolescente (indivíduo de 12 a 18 anos). Tal distinção é de extrema relevância no que se refere à aplicabilidade de alguma medida pedagógica quando ocorre algum ato infracional, pois é entendido que a criança não o comete, estando sujeita a medidas específicas de proteção, enquanto o adolescente possui melhor discernimento para entender os atos que pratica.

O Estatuto possibilita a participação popular nos Conselhos de Direitos paritários e pelos Conselhos Tutelares, os quais são órgãos autônomos, permanentes, formados por membros escolhidos pela sociedade local, sendo-lhes

atribuído o dever de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, segundo os artigos 131 a 136 da referida lei.

Para que as condições de vida e de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes sejam asseguradas, conta-se com instituições como as Varas da Infância e Juventude, o Conselho Tutelar, a Defensoria Pública, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, o Ministério Público e outros, afim de zelar pela aplicação das leis, na proteção contra situações de riscos e vulnerabilidade.

Para a efetivação dessas e de outras garantias previstas na Doutrina de Proteção Integral é necessária a articulação a um sistema de garantias de direitos voltados à promoção, à defesa e ao controle. O fortalecimento deste sistema e sua efetivação dependerão dos esforços de articulação do Estado e da sociedade civil organizada, devido à amplitude das ações e ao grande número de atores envolvidos (BERETTA,2010, p.49).

Além de atribuir supervisão e cuidado por parte dos pais ou responsáveis, o ECA, em seu artigo 129, garante que o Estado deve ser acionado para atender a qualquer demanda não contemplada, como, por exemplo, no repasse dos recursos públicos para as políticas públicas relacionadas à infância e à juventude, juntamente com seu uso adequado, observando-se as reais necessidades.

Tendo em vista que o ECA trouxe grandes mudanças na forma de olhar e de tratar a infância e adolescência, passa-se a especificar as formas de condução nos casos de crianças e adolescentes em conflito com a lei.

O artigo 101 do ECA determina as medidas de proteção às crianças e adolescentes, que de modo geral serão explicitados. Medidas de proteção são aplicáveis quando os direitos forem ameaçados ou violados, segundo o artigo 98:

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta (BRASIL, 1990, *on-line*).

Essas medidas protetivas vão desde o encaminhamento aos pais, mediante sua responsabilização, até a perda do poder familiar.

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de

responsabilidade; II – orientação, apoio e acompanhamento temporários; III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV – inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII – acolhimento institucional; VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar; IX – colocação em família substituta (BRASIL, 1990, *on-line*).

No que diz respeito ao acolhimento institucional e ao acolhimento familiar, são medidas provisórias que visam à reintegração familiar ou, em último caso, recorre-se a uma família substituta, não prevalecendo o caráter de privação de liberdade.

As medidas socioeducativas concernem ao adolescente em conflito com a lei. Elas são aplicadas de acordo com as circunstâncias que o tenham levado à prática do ato infracional, a gravidade, as condições pessoais, familiares e sociais do adolescente; enfim, é considerado seu contexto histórico-social, e não apenas o ato isolado.

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (BRASIL, 1990, *on-line*).

Tais medidas adotadas no ECA para as crianças e adolescentes em conflito com a lei visam à sua garantia de direitos, sem caráter repressor, o que não ocorria até a década de 1980.

Além do ECA, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA é uma instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência, reforçando o novo cenário de garantia de direitos desse público. Por meio da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, converte-se num órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e composição paritária, como previsto no artigo 88 do ECA.

Estão entre as principais competências do Conselho:

[...] buscar a integração e articulação dos conselhos estaduais, distrital e municipais e conselhos tutelares, assim como dos diversos conselhos setoriais, órgãos estaduais e municipais e entidades não governamentais; acompanhar o reordenamento institucional, propondo modificações nas estruturas públicas e privadas; oferecer subsídios e acompanhar a

elaboração de legislação pertinente ao tema; promover a cooperação com organismos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais; convocar, a cada dois anos, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1991, *online*).

Por meio da Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, do CONANDA, são aprovados os parâmetros para a institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA. Tal sistema trabalha com os seguintes eixos: (i) defesa dos direitos humanos (atuação do Ministério Público, promotorias de Justiça, Procuradoria-Geral, defensorias públicas, Advocacia-Geral da União, conselhos tutelares, ouvidorias, polícias e entidade de defesa de direitos humanos); (ii) promoção dos direitos (políticas de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes, operacionalizadas por meio de programas, de serviços e de ações públicas); (iii) controle e efetivação dos direitos (participação de conselhos dos direitos de crianças e adolescentes, conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas, órgãos e poderes de controle interno e externo definidos na Constituição Federal).

Art. 1º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (BRASIL, 2006, *online*).

Após o SGCD, por meio do CANANDA, é criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, instituído pela Lei Federal nº 12.594, em 18 de janeiro de 2012, regido pelos artigos referentes à socioeducação do ECA, pela Resolução nº 119/2006 do CONANDA e pelo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução nº 160/2013, do CONANDA).

É por meio da participação de vários atores como o Governo Federal, a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude, o Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e outros agentes políticos (conselheiros de direitos, técnicos e gestores de entidades e/ou programas de atendimento), que surge o SINASE (BERETTA, 2010).

O Sinase

[...] foi elaborado visando fortalecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, determinando diretrizes claras e específicas para a execução das medidas socioeducativas por parte das instituições e profissionais que atuam nesta área. Dessa forma, evitaria interpretações equivocadas de artigos do ECA, que por muitas vezes trazem informações pouco precisas sobre a operacionalização dessas medidas (ROTONDANO, 2011, p.162 apud CAPATO, 2014, p. 55).

O ECA cria normas para o atendimento aos adolescentes, enquanto o Sinase estabelece como será a aplicação das medidas socioeducativas, buscando a sua efetividade por meio de um conjunto ordenado e articulado de princípios, regras, critérios jurídicos, pedagógicos, financeiros e administrativos que reafirmam as responsabilidades do Estado, da família e da sociedade na promoção e na proteção dos direitos para as práticas sociais de apuração do ato infracional e de execução das medidas socioeducativas.

O SINASE é inovador por reafirmar a natureza pedagógica da medida socioeducativa e melhorar o tratamento de ressocialização dos adolescentes que cumprem medida, priorizando as medidas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) como estratégia de reverter uma tendência crescente de internação dos adolescentes e constatar que aumentar o rigor da medida não melhora a inclusão social dos egressos (BRASIL, 2006, p.13 apud CAPATO, 2014, p.56).

Há a priorização da municipalização de programas em meio aberto, para que os adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas não sejam desvinculados do seu meio social, tendo a garantia do direito à convivência familiar e comunitária e às suas especificidades culturais.

Diante do avanço legal no país quanto à infância e adolescência, é possível entender que uma nova cultura começou a ser difundida, contrapondo-se à cultura do abandono. É preciso lutar muito em defesa dos direitos dessa parcela da população.

Por meio desse breve histórico das políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil, desde 1930 até os dias atuais, é possível constatar a evolução no tratamento e no reconhecimento deles como pessoas em fase de desenvolvimento, merecedores de proteção e da garantia de seus direitos, a fim de que possam se tornar os adultos cidadãos de amanhã.

Por muito tempo, as crianças e os adolescentes pobres eram vistos como “menores delinquentes” que apresentavam risco para a sociedade. A forma que o

Estado, durante décadas, utilizou para enfrentar os problemas relativos à infância foi deixá-los à margem da sociedade, isolados em instituições de internação.

Tal modelo de internação, repressão e punição não causa melhoras e não atinge sequer a raiz dos problemas que o sistema capitalista gera, desde a desigualdade na distribuição de renda até a exploração da mão de obra do trabalhador.

Quando os adolescentes compreendem que estão sendo responsabilizados e não penalizados por suas práticas, a possibilidade de reflexão de suas atitudes e de sua reinserção social é maior, sobretudo se a família estiver próxima ao seu ambiente social.

Mesmo diante de tais mudanças na concepção e no tratamento de crianças e adolescentes, ainda há muitas barreiras a serem desconstruídas. Estão presentes ainda, na sociedade, a discriminação, os preconceitos e os pensamentos conservadores tanto em relação à infância e à adolescência, quanto a qualquer assunto pertinente ao reconhecimento de direitos e deveres para a classe trabalhadora.

Diante desse cenário, faz-se necessário buscar sempre o conhecimento e a reflexão para se tratar de assuntos referentes à criança e ao adolescente, visando lutar para garantir seus direitos como seres em desenvolvimento que precisam de proteção e de afeto.

Com efeito, para que isso seja efetivado, é imprescindível que tanto os Conselhos de Direitos quanto os Conselhos Tutelares desempenhem suas funções de modo eficaz, como mecanismos de participação e de controle social, a fim de que essas crianças e esses adolescentes saiam da invisibilidade e sejam considerados como prioridade social, contribuindo com a formulação e a implementação de políticas públicas⁹ para a infância e a adolescência.

2.1 O Estado e a Política de Assistência Social no Brasil

Estudar e buscar refletir sobre a formação do Estado em nossa sociedade é de suma importância para entender a hierarquia de distribuição de poder na

⁹ Ações do Estado ante as demandas e necessidades sociais da sociedade, por meio de serviços, programas e projetos.

sociedade vigente. O Estado é o regulador dos interesses das classes proletariado e burguesia, mediante as leis que regulamentam a vida em sociedade.

Para Potyara, o Estado é

a) Um conjunto de instituições e prerrogativas, entre as quais, o poder coercitivo, que só o Estado possui por delegação da própria sociedade; b) o território, isto é, um espaço geograficamente delimitado onde o poder estatal é exercido; c) um conjunto de regras e condutas reguladas dentro de um território, o que ajuda a criar e manter uma cultura política comum a todos os que fazem parte da sociedade nacional ou do que muitos chamam de nação (PEREIRA, 2009, p. 5).

A autora (2009) afirma que o conceito de Estado é amplo e que há várias opiniões divergentes de estudiosos, porém não se deve tratá-lo apenas como uma instituição que defende os interesses de uma só classe.

Embora o Estado atenda aos interesses da classe dominante, sua atuação é contraditória, pois em seu espaço institucional (burocrático, jurídico, policial e ideológico), é necessário atender também às demandas da classe trabalhadora, para assim garantir seu poder e legitimidade na sociedade.

O Estado não assume uma forma absoluta, ao contrário, diferencia-se em cada país, podendo ter característica autoritária ou democrática. Sua existência está ligada ao processo histórico e relacional. Histórico, porque articula passado, presente e futuro; relacional, pois interage com a sociedade como um todo, assumindo responsabilidades perante as demandas e reivindicações da população.

Por isso o Estado é uma instituição mediadora das relações sociais, não se opondo aos interesses do capital, apenas mediando os interesses das classes sociais, para manter a ordem vigente.

Segundo Bobbio (1987, p. 74), para Engels a formação do Estado se deu exclusivamente por via econômica: a sociedade civil surge a partir da “divisão de terreno” (propriedade privada). Na comunidade primitiva vigorava o regime da propriedade coletiva. Com o nascimento da propriedade individual, dá-se a divisão do trabalho e a sociedade se divide em classes: a classe dos proprietários e a classe dos que nada têm.

Do mesmo modo, com a divisão da sociedade em classes nasce o poder político, o Estado, cuja função é essencialmente a de manter o domínio de uma classe sobre a outra, recorrendo inclusive à força, a fim de impedir que a sociedade dividida em classes se transforme num estado de permanente anarquia, ou seja, no não-Estado.

Segundo Losurdo (1998, p. 106), o contrato social firmado entre as classes ultrapassa a defesa do direito de propriedade privada. Quando as classes menos privilegiadas socioeconomicamente lutam por melhores condições de vida e de trabalho, impõem ao Estado a intervenção e a regulamentação na esfera trabalhista.

O Estado se constitui como comunidade ética na medida em que não se preocupa apenas com a segurança da propriedade, mas também, como veremos, com a garantia da sustentação, do “bem-estar” dos indivíduos, do “direito ao trabalho” e mesmo do “direito à vida”, na medida em que reconhece cada cidadão como titular de direitos inalienáveis, portanto irrenunciáveis e subtraídos à esfera do contrato (LOSURDO, 1998, p.106).

A intervenção do Estado no trabalho nas indústrias não contempla os interesses dos empresários. Estes alegam que o Estado não deveria intervir na liberdade de contrato privado, pois “[...]o Estado não tem o direito de intervir numa ‘relação de direito privado’, pisoteando ou limitando, de modo arbitrário, a ‘liberdade civil’” (LOSURDO, 1998, p. 107).

O Estado é o órgão de governabilidade com poder oficial sobre toda população, porém precisa responder por ações que beneficiem também a classe trabalhadora, a qual muito contribui para a riqueza gerada coletivamente e anseia por ter uma parcela dessa riqueza convertida em serviços de qualidade em sua vida em sociedade (LIMONTA, 2017, p. 43).

Mediante essa relação do Estado com as classes sociais, de mediação de interesses, pautada pela Constituição Federal, leis, normativas, e até mesmo por políticas públicas, é necessário que a classe trabalhadora continue a cobrar do Estado a sua responsabilidade no tocante às políticas públicas, manifestando-se cada vez mais em busca de seus direitos.

Ver-se-á no próximo item como o Estado, por meio da Constituição Federal de 1988, que visa garantir direitos e o acesso aos programas sociais, ao longo dos anos, sob o ideário neoliberal, que é “uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção do Estado”, torna-se gradativamente um Estado mínimo (TEIXEIRA, 1998, p.195).

Atualmente, a contrarreforma que o Estado está passando em relação às conquistas/concessões relacionadas às políticas sociais afeta diretamente os serviços prestados nos setores públicos à comunidade. Torna-se cada vez mais um

cenário desafiador para os profissionais atuarem na efetivação da garantia dos seus direitos.

Diante disso, é relevante falar sobre a política de assistência social, que é organizada pelo Estado, responsável por sua execução no setor público.

Na década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, houve o êxodo de muitas famílias, moradores que migraram da zona rural para as grandes cidades. Esta mudança deveu-se à crise de 1929 nos Estados Unidos; o Brasil sofreu mudanças no modo de produção, passando de rural e agrário para urbano e industrial.

Nessa década, houve grandes investimentos na industrialização, o que atraiu a classe trabalhadora em busca de melhores condições de vida e inserção no mercado de trabalho das grandes cidades. Porém, com o grande êxodo rural, estas famílias que migraram começaram a vivenciar condições precárias de vida e trabalho.

O trabalho nas indústrias era precário, com exploração da mão de obra de homens, mulheres e crianças, trabalho insalubre e noturno, baixos salários, acarretando assim para esses trabalhadores agravos em relação à sua saúde e falta ou pouco acesso a uma boa alimentação. A maior parte morava nas periferias da cidade e não tinha acesso a saneamento básico, vivendo numa situação de desemprego, mendicância, violência, roubos e assaltos.

[...] a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto as dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais (IAMAMOTO, 2008, p. 156).

Com o advento da Revolução Industrial e a implementação de máquinas nas indústrias, acentuaram-se cada vez mais os problemas sociais em uma sociedade com a lógica liberal de um Estado mínimo, o que culminou os movimentos sociais.

Como forma de desmobilizar a classe trabalhadora nas reivindicações por melhores condições de vida, surgem as políticas sociais, para amenizar os conflitos e controlar a população, preservando a ordem social existente (BEHRING, 2009).

Nesta época foram instituídos os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) aos trabalhadores contribuintes e suas famílias. Os seguros foram iniciados sob a ótica privada, estruturados por caixas de aposentadorias e pensões, destinados a poucas categorias profissionais, tendo seu financiamento mediante contribuições diretas dos empregadores e empregados, com base na folha de salários.

[...] não existia uma política nacional de saúde, sendo que a intervenção efetiva do Estado inicia-se naquele momento, a partir de dois eixos: a saúde pública e a medicina previdenciária, ligada aos IAPs, para as categorias que tinham acesso a eles (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 107).

Em relação à assistência social, foi criada em 1942 a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que tem como marca inicial, além de um trabalho assistencialista¹⁰, a forte marca do primeiro-damismo.

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) deu-se em 1943, atrelada à Constituição de 1937. Reconheceu as categorias de trabalhadores pelo Estado, regulando assim seus direitos e atrelando sua organização sindical ao Ministério do Trabalho.

No Brasil, a Seguridade Social¹¹ experimenta avanços em sua regulamentação com a Constituição Federal de 1988 (artigos 194 a 204), assegurando os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Seu financiamento é realizado pelo empregador, pelo trabalhador e sobre as receitas dos concursos de prognósticos (BRASIL, 1988).

Com a contrarreforma do Estado, verifica-se a desresponsabilização do Estado e do setor público, passando suas atribuições para a sociedade e para o terceiro setor. Ocorre a privatização e a mercantilização dos serviços para aqueles que os podem adquirir; e uma política voltada para os mais pobres entre os pobres (BEHRING, 2009).

¹⁰O trabalho assistencialista é caracterizado por ações/práticas que não visam à garantia de direitos, e sim uma “ajuda” ao usuário do serviço, para que este tenha acesso ao que foi solicitado.

¹¹ A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988, *online*).

No atual cenário político brasileiro, a Seguridade Social é cada vez mais seletiva (um dos objetivos presentes na Constituição de 1988). O acesso torna-se cada vez mais difícil para a classe trabalhadora, havendo muitos cortes em alguns programas sociais e, ao mesmo tempo, redução no valor dos benefícios; maiores restrições para aposentadorias; fraudes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); precariedade nos investimentos; além da privatização de vários serviços.

Pensar em políticas públicas e entender como elas são elaboradas e implementadas na sociedade é de extrema importância para os profissionais que com elas trabalham diretamente, seja na esfera municipal, estadual ou federal.

O Estado sempre foi pensado e organizado de acordo com os interesses da classe burguesa, atendendo assim aos seus interesses, como um regulador das relações sociais, não se opondo à exploração do trabalho.

Com essa característica, as políticas públicas estão se tornando cada vez mais enxutas e seletivas, dificultando assim o trabalho dos profissionais na garantia de direitos a todos os cidadãos. Está-se num cenário desafiador para trabalhar com tais políticas, com pouco investimento do setor público e o risco de tornar-se um trabalho pautado cada vez mais pelo assistencialismo.

É imprescindível que tanto os profissionais como a própria sociedade lutem pela efetivação das políticas públicas. Que haja união e que os espaços de mobilização, participação e controle social (Conselhos, Fóruns, Conferências etc.) sejam utilizados como forma de articulação, democratização, mobilização e contribuição para os interesses da sociedade na formulação e defesa dos direitos sociais conquistados ao longo dos anos.

2.2 Serviços de Proteção Social Básica às crianças e adolescentes

Os CRAS oferecem serviços de PAIF, que consiste no trabalho social com as famílias. Trata-se de um serviço exclusivo e obrigatório que deve ser ofertado pelos CRAS. Já o SCFV trabalha por divisão de grupos de acordo com a faixa etária.

As crianças e os adolescentes podem ser atendidos nos serviços de PAIF e SCFV oferecidos exclusivamente nos CRAS. Se estiverem no SCFV, obrigatoriamente devem ser atendidas e acompanhadas pelo PAIF. Se estiverem em atendimento pelo PAIF, não necessariamente precisam ser atendidas pelo SCFV.

O SCFV é complementar ao PAIF, uma vez que é organizado por grupos, de acordo com a faixa etária, podendo ser grupos de: até seis anos, de seis a 15 anos, e de 15 a 17 anos. Já no PAIF, o atendimento a este público-alvo é sempre acompanhado pelo familiar responsável.

No próximo item abordam-se esses serviços e como devem ser oferecidos aos indivíduos e famílias pertencentes ao território de abrangência dos CRAS.

2.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

Por meio de Portaria nº 78, de 8 de abril de 2004, foi instituído o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, cujos objetivos estão relacionados à proteção das famílias e à garantia ao direito do convívio familiar e comunitário.

Os objetivos do PAIF são:

I. contribuir para a efetivação da Política de Assistência Social como política pública garantidora de direitos de cidadania e promotora de desenvolvimento social, na perspectiva da prevenção e superação das desigualdades e exclusão social, tendo a família como unidade de atenção para a concepção e a implementação de programas, projetos, serviços e benefícios. II. contribuir para superar a abordagem fragmentada e individualizadora dos programas tradicionais; III. garantir a convivência familiar e comunitária dos membros das famílias; IV. contribuir para o processo de autonomia e emancipação social das famílias e seus membros; V. viabilizar a formação para a cidadania; VI. articular e integrar ações públicas e privadas em rede; VII. colaborar com a descentralização político-administrativa (BRASIL, 2004,*online*).

Em 2009, com a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a nomenclatura sofreu alterações, passando para Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. A mudança foi contemplada pela alteração na LOAS – Lei nº 12.435, em seu artigo 24-A. O PAIF integra o serviço à proteção social básica, oferecida nos CRAS por meio de trabalho social com as famílias em situação de vulnerabilidade social, com ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços

consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (BRASIL, 2012b, p. 12).

A ação preventiva no âmbito da Proteção Social Básica exige intervenções para se evitar a ocorrência e/ou agravamento de situações de vulnerabilidade ou risco social. A *ação preventiva* tem por escopo prevenir ocorrências que interfiram no exercício dos direitos de cidadania (BRASIL, 2012a, p. 11).

A atuação protetiva implica centrar esforços em intervenções que visam amparar, apoiar, auxiliar, resguardar e defender o acesso das famílias e seus membros aos seus direitos (BRASIL, 2012a, p. 11). Já a atuação proativa na Proteção Social Básica requer que os técnicos tomem iniciativas e antecipem ações ante situações de vulnerabilidade ou risco social no território pertencente ao CRAS.

Não compete aos técnicos responsáveis pela execução do serviço PAIF desenvolver ações de caráter terapêutico, compreendidas como práticas psicoterapêuticas, psicodiagnósticas e psicopedagógicas, ou seja, práticas clínicas. Quando o profissional diagnosticar uma demanda clínica, deve realizar encaminhamento ao órgão competente que possui esta atribuição.

O trabalho social com famílias do PAIF deve ser planejado e avaliado juntamente com as famílias usuárias, organizações e movimentos populares do território, para que seja um trabalho efetivo de acordo com as necessidades da população local.

As ações do PAIF implicam desde a acolhida até encaminhamentos que possibilitam atendimento às demandas apresentadas pelos usuários e famílias que utilizam os serviços.

A) Acolhida:

Processo inicial do contato da família com o serviço por meio de escuta das demandas trazidas pelos usuários do serviço. É nesse momento que os

profissionais envolvidos irão diagnosticar se há alguma vulnerabilidade socioeconômica, podendo encaminhar ou não para os demais serviços da rede.

É imprescindível que o profissional mantenha diálogo aberto, sem preconceitos, deixando a família à vontade para falar sobre suas intimidades com segurança, expondo seus valores, crenças, culturas etc., sem medo de represálias.

Durante a acolhida, o profissional pode utilizar como instrumentais para o levantamento de dados e registro das famílias, entrevistas, análise socioeconômica, estudo social e o prontuário da família, averiguando por meio destes se haverá necessidade de acompanhamento familiar ou se apenas o serviço que o CRAS oferece é capaz de atender à demanda daquele indivíduo ou família.

Existem três processos diferentes de acolhida aos indivíduos e famílias. São eles:

- ❖ *recepção*, quando o usuário chega ao CRAS, é atendido primeiramente por um funcionário de nível médio, devidamente capacitado para diagnosticar a demanda da família e assim direcionar o atendimento a um profissional técnico de nível superior.

- ❖ *acolhida em grupo*, realizado de modo coletivo (duas ou mais famílias).

Utiliza-se como estratégia a formação de pequenos grupos de acolhida para: a) repasse de informações gerais sobre o Serviço; b) escuta das demandas gerais das famílias; c) compreensão dos impactos do território sobre tais demandas, e d) publicização e discussão de assuntos de interesse de um grande número de famílias ou da comunidade (informações sobre o Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família, outras políticas públicas, inclusão produtiva etc.) (BRASIL, 2012b, p. 21).

Na acolhida em grupo, o técnico deve respeitar a privacidade da família e a sua vontade ou não de participar, bem como de responder perguntas na frente das demais famílias presentes. A participação deve ser espontânea, não ferindo a privacidade dos componentes do grupo.

A acolhida em grupo deve ser complementar à acolhida particularizada, para que as famílias tenham a oportunidade de relatar aquilo que as levou a não se sentirem à vontade para expor coletivamente. O técnico deve registrar as informações sigilosas no prontuário da família.

- ❖ *acolhida particularizada*: pode ser de uma família ou de um membro dela, de modo particular. Poderá acontecer no espaço físico do CRAS, em uma sala adequada para escuta, visando assegurar o bem-estar das famílias e resguardar o

sigilo das informações. Geralmente esta acolhida é antecedida pelo profissional que fica na recepção.

Também pode haver uma acolhida particularizada em domicílio. Ocorre em situações específicas, quando uma família ou um membro dela não pode comparecer ao CRAS devido à impossibilidade de locomoção, por alguma doença, deficiência física, ou por ser cuidador de pessoas com deficiência severa, e ainda idosos dependentes; como também as famílias em descumprimento reiterado de condicionalidades (esse descumprimento pode significar situações de vulnerabilidade ou risco social) ou famílias com crianças, adolescentes ou jovens de até 18 anos com deficiência, beneficiários do BPC e fora da escola.

Vale ressaltar que a acolhida no domicílio deve pautar-se pelo respeito à privacidade das famílias e à sua autonomia, no que diz respeito à receptividade em seu domicílio, como também para responder às perguntas do técnico responsável pela acolhida.

B) Oficinas com Famílias:

São encontros a curto prazo organizados sob a condução de técnicos de nível superior do CRAS, com um conjunto de famílias, por meio de seus responsáveis.

Estes encontros têm como objetivo levar a discussão e reflexão de problemáticas comuns vivenciadas pelas famílias do território, a fim de que reconheçam que os problemas atingem outros indivíduos e outras famílias, buscando em conjunto alternativas para a superação e o protagonismo dessas famílias, identificando articulações intersetoriais necessárias e propiciando a mobilização para a potencialização da rede de proteção social do território.

Os resultados das oficinas auxiliam a identificar informações importantes para a definição das articulações intersetoriais necessárias ao enfrentamento das situações vivenciadas no território (BRASIL, 2012b, p. 26).

É recomendado que as oficinas tenham no mínimo sete e no máximo 15 participantes, e que a inserção dessas famílias e seus membros nas oficinas ocorra através de convites.

Aconselha-se que o membro responsável familiar integre como participante a oficina, podendo agrupar tanto participantes com características

homogêneas, quanto heterogêneas. Vale ressaltar o cuidado que o técnico responsável¹² pela organização deve ter em relação aos participantes que serão convidados, levando em conta a faixa etária e os interesses em comum entre eles.

As oficinas devem ser conduzidas por dois técnicos de nível superior da equipe de referência do CRAS, de diferente formação acadêmica, podendo ser um assistente social e um psicólogo.

Os profissionais responsáveis pela condução das oficinas com famílias devem pesquisar, promover reuniões de estudo e reflexão sobre técnicas de trabalho em grupo, apreendendo as possibilidades, os limites dessa modalidade de intervenção e os cuidados necessários à sua condução. As oficinas com famílias não constituem uma técnica econômica de trabalho, ao contrário, demandam conhecimento conceitual, domínio de métodos e aprimoramento contínuo. Nessa direção, recomenda-se: a) ao coordenador do CRAS – que estimule a qualificação dos profissionais – assegurando períodos para estudo, incentivo à participação em cursos, seminários e cursos de formação para o exercício de tal atividade; e b) aos gestores municipais, ou do DF, da política de assistência social (ou congêneres) que busquem a cooperação de outros órgãos (universidades, institutos especializados etc.) para garantir a necessária qualificação dos profissionais, a partir de capacitações continuadas (BRASIL, 2012b, p. 28).

A duração das oficinas é de 60 a 120 minutos, tomando cuidado para não ultrapassar o limite, pois pode prejudicar o andamento da oficina, tornando-a cansativa e levando à dispersão de seus participantes. O espaço físico precisa estar provido de adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade e limpeza.

As oficinas devem ser planejadas num dado período de tempo, definindo se os encontros serão semanais, quinzenais ou mensais, e também os temas a serem abordados em cada encontro. As oficinas devem contribuir para a reflexão, a convivência comunitária e ações para a superação das demandas apresentadas.

C) Ações Comunitárias:

São ações de caráter coletivo, voltadas à dinamização das relações no território. Compreendem um número maior de participantes do que as oficinas com famílias, agregando diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum.

¹² Profissional de nível superior que compõe a Equipe Técnica do CRAS.

As ações devem ser planejadas pelos técnicos de nível superior do CRAS – a partir de uma demanda ou diagnóstico do território, ou, ainda, ser resultado da mobilização da comunidade ou fruto de projetos coletivos propostos pelos participantes das oficinas com famílias. Assim, as ações comunitárias devem ser acordadas com as famílias e incluídas no planejamento da equipe, para sua divulgação e organização. Para potencializar tal ação, sugere-se a articulação com os demais serviços e lideranças locais (BRASIL, 2012b, p. 38).

As ações comunitárias podem ser executadas por meio de:

- ❖ palestras: são exposições orais a respeito de um tema, repasse de informações, esclarecimento de dúvidas e estímulo à troca de ideias e impressões.
- ❖ Campanhas: têm como elementos constituintes jornais, panfletagem, colagem de cartazes, carros de som, reuniões, apresentações artísticas etc.
- ❖ eventos comunitários: objetivam a promoção e defesa de direitos, convivência comunitária, informações, valorização cultural e potencialidades do território. É importante que nos eventos comunitários sejam trabalhadas atividades lúdicas, apresentações culturais e/ou eventos esportivos, pois geram maior adesão por parte da comunidade.

Vale ressaltar que não se devem dispensar outras formas de trabalhar ações comunitárias, desde que sejam observadas as peculiaridades do território e das famílias atendidas, considerando a abordagem metodológica adotada.

D) Ações Particularizadas:

Atendimento prestado pela equipe técnica do CRAS à família ou a algum membro familiar, após a acolhida pela recepção, de modo individualizado. As ações particularizadas são caracterizadas pela escuta, diagnosticando a demanda que a família apresenta.

As ações particularizadas podem ser realizadas tanto no CRAS quanto em domicílio. O atendimento nas residências acontece quando o responsável familiar apresenta alguma dificuldade de locomoção para se dirigir ao CRAS.

E) Encaminhamentos:

É o direcionamento das famílias e/ou membro familiar para o acesso a serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores. É formalizado através de documento direcionado a outro departamento. Cabe aos técnicos

responsáveis acompanhar o andamento do encaminhamento, informando se as demandas foram atendidas.

Existem duas formas de encaminhamentos: para a Rede Socioassistencial do SUAS e/ou para a rede setorial de políticas públicas. Os encaminhamentos para a Rede Socioassistencial do SUAS podem ser

[...] serviços, programas e projetos no âmbito da PSB e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, no âmbito da PSE, e aos benefícios assistenciais (BPC, benefícios eventuais, transferência de renda etc.) (BRASIL, 2012b, p. 46).

De um modo geral, o trabalho social com famílias no PAIF pode ser desde um atendimento particularizado ou em grupo, no CRAS ou até mesmo em domicílio, como também o acompanhamento familiar pelo PAIF.

A equipe técnica do CRAS responsável pelo atendimento das famílias deve ser facilitadora do trabalho, comprometida com os direitos da população, acolhendo, esclarecendo e atendendo às demandas que são solicitadas.

Enfim, o serviço do PAIF na Proteção Básica ofertado no CRAS não se esgota, podendo ser um complemento ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV, que é essencial para a proteção das famílias.

No próximo item será abordado este serviço com maiores detalhes.

2.2.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

OSCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009); em 2013 foi reordenado por meio da Resolução CNAS nº1/2013. É oferecido no CRAS de forma complementar ao PAIF e ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI), que é ofertado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

São os objetivos gerais do SCFV:

Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; Promover acessos a benefícios

e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios; Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos; Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2017, p. 9).

O SCFV é organizado a partir dos ciclos de vida dos usuários, considerando suas especificidades em cada etapa de seu desenvolvimento. As atividades são organizadas por grupos de acordo com a faixa etária; seu público-alvo são crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiências, indivíduos vítimas de violência (psicológica e/ou física) e vítimas de trabalho infantil.

De acordo com a faixa etária, os grupos são divididos em:

- Crianças de até seis anos;
- Crianças e adolescentes de seis a 15 anos;
- Adolescentes de 15 a 17 anos;
- Jovens de 18 a 29 anos;
- Adultos de 30 a 59 anos, e
- Pessoas idosas.

As atividades desenvolvidas em cada ciclo possuem seus objetivos específicos de acordo com o caderno de “Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)”, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Entre os objetivos específicos para cada faixa etária, destacam-se:

- Crianças de até seis anos: interação com as demais crianças, valorização da cultura da comunidade onde vivem, estimular potencialidades e reflexão sobre o papel das famílias, assegurar espaço de convívio familiar e comunitário, e fortalecimentos dos vínculos familiares e sociais.

- Crianças e adolescentes de seis a 15 anos: fortalecer os vínculos familiares e comunitários; estimular o desenvolvimento de potencialidades; desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo moderno, e contribuir para a permanência no sistema educacional.

- Adolescentes de 15 a 17 anos: fortalecer os vínculos familiares e comunitários; assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social; estimular o desenvolvimento de potencialidades; propiciar o alcance da autonomia e o protagonismo social; desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo moderno; reconhecer o trabalho e a educação como direitos de cidadania; e contribuir para a permanência no sistema educacional.

- Jovens de 18 a 29 anos: fortalecer os vínculos familiares e comunitários; assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social; estimular o desenvolvimento de potencialidades; propiciar o alcance da autonomia e o protagonismo social; desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo moderno; reconhecer o trabalho e a educação como direitos de cidadania; e contribuir para a permanência no sistema educacional.

- Adultos de 30 a 59 anos: fortalecer os vínculos familiares e comunitários; assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social; estimular o desenvolvimento de potencialidades; propiciar o alcance da autonomia e protagonismo social; desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo moderno; reconhecer o trabalho e a educação como direitos de cidadania; e contribuir para a inserção ou reinserção e a permanência no sistema educacional.

- Pessoas idosas: contribuir com o envelhecimento ativo, saudável e autônomo; espaços de encontros para promover a convivência familiar e comunitária; estimular o desenvolvimento de potencialidades; potencializar a capacidade de escolher e decidir.

Para trabalhar as atividades com diversos grupos, o profissional deve seguir os eixos (convivência social, direito de ser e participação) recomendados na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, observando os ciclos de vida e as ações a serem desenvolvidas.

A convivência social é o principal eixo norteador; a partir dele é que o serviço será voltado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O direito de ser estimula o exercício da infância e adolescência, promovendo experiências em toda a sua pluralidade. Já a participação visa garantir mediante as atividades desenvolvidas na comunidade e no SCFV a participação dos usuários.

Nestes encontros, o SCFV deve facultar aos usuários:

[...] valorização/reconhecimento [...]; Escuta[...]; Produção coletiva: trata-se de estimular no SCFV a construção de relações horizontais – de igualdade –, a realização compartilhada, a colaboração; Exercício de escolhas: trata-se de fomentar a responsabilidade e a reflexão sobre as motivações e interesses envolvidos no ato de escolher; Tomada de decisão sobre a própria vida e de seu grupo[...]; Diálogo para a resolução de conflitos e divergências[...]; Reconhecimento de limites e possibilidades das situações vividas: trata-se de analisar as situações vividas e explorar variações de escolha, de interesse, de conduta, de atitude, de entendimento do outro; Experiências de escolha e decisão coletivas: trata-se de criar e induzir atitudes mais cooperativas a partir da análise de situações, da explicitação de desejos, medos e interesses; negociação, composição, revisão de posicionamentos e capacidade de adiar realizações individuais em prol do coletivo; Aprendizado e ensino de forma igualitária[...]; Reconhecimento e nomeação das emoções nas situações vividas: trata-se de aprender e ter domínio sobre os sentimentos e afetações, de modo a enfrentar situações que disparam sentimentos intensos e negativos; Reconhecimento e admiração da diferença: trata-se de exercitar situações protegidas, em que as desigualdades e diversidades podem ser analisadas e problematizadas, permitindo que características, condições e escolhas sejam consideradas em suas diferenças e não a partir de um juízo de valor hegemônico (BRASIL, 2017, p. 18).

Nas atividades devem ser incluídos responsáveis e/ou membros de famílias: beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC; de programas de transferência de renda do governo, estadual e/ou municipal; encaminhadas pela Proteção Especial; encaminhadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; encaminhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; adolescentes egressos de medidas socioeducativas ou em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; adolescentes fora da escola; indivíduos em situação de rua; vulnerabilidade socioeconômica; situação de fragilização dos vínculos familiares e comunitários etc.

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009, *online*).

O SCFV deve ser composto por uma equipe técnica com um técnico de referência, profissional de ensino superior, para acompanhar a execução do serviço e o planejamento das atividades a serem desenvolvidas, prestando assessoria ao orientador social. “[...] Cabe a este profissional assegurar, na prestação do SCFV, a

aplicação do princípio da matricialidade sociofamiliar¹³ que orienta as ações de proteção social básica da assistência social” (BRASIL, 2017, p. 54). São suas atribuições:

Conhecer as situações de vulnerabilidade social e de risco das famílias beneficiárias de transferência de renda (BPC, PBF e outras) e as potencialidades do território de abrangência do CRAS; Acolher os usuários e ofertar informações sobre o serviço; Realizar atendimento particularizado e visitas domiciliares a famílias referenciadas ao CRAS; Desenvolver atividades coletivas e comunitárias no território; Contribuir tecnicamente para a oferta do SCFV, tendo em vista as diretrizes nacionais, dentro de suas atribuições específicas; Encaminhar usuários ao SCFV; Participar da definição dos critérios de inserção dos usuários no serviço; Assessorar as unidades que desenvolvem o SCFV no território; Assessorar tecnicamente ao(s) orientador(es) social(ais) do SCFV nos temas relativos aos eixos orientadores do serviço e às suas orientações técnicas, bem como ao desligamento de usuários do serviço e quanto ao planejamento de atividades; Acompanhar o desenvolvimento dos grupos existentes nas unidades ofertantes do serviço, acessando relatórios, participando em reuniões, etc.; Manter registro do planejamento do SCFV no CRAS; Articular ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência do CRAS; Avaliar, com as famílias, os resultados e impactos do SCFV. Garantir que as informações sobre a oferta do SCFV estejam sempre atualizadas no SISC e utilizá-las como subsídios para a organização e planejamento do serviço (BRASIL, 2017, p. 54).

O orientador social ou educador social é um profissional que deve ter no mínimo ensino médio completo, conforme dispõe a Resolução CNAS nº 9/2014. O orientador social tem atuação constante junto ao grupo do SCFV. Suas atribuições consistem em:

Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos; Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e/ou, na comunidade; Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e/ou na comunidade; Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos para os quais foram encaminhados por meio de registros periódicos; Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumentais específicos, como listas de frequência, atas, sistemas eletrônicos próprios etc (BRASIL, 2017, p. 55).

¹³ Centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2004, p. 33).

O SCFV deve ser complementar ao trabalho social com famílias do PAIF e PAEFI, buscando atingir a todos as faixas etárias, com o objetivo de prevenir e evitar o rompimento dos vínculos familiares e comunitários. É um serviço importante no CRAS, que deve ser efetivado pelos profissionais envolvidos.

2.3 As famílias e o trabalho social no Serviço de Proteção Social Básica

As famílias historicamente vêm sofrendo transformações nas suas formas de configuração. Antigamente as famílias eram formadas por pai, mãe e filhos, a chamada família tradicional, na qual a mulher e os filhos eram subordinados ao comando do pai.

O modelo tradicional anterior de família visava a união de duas famílias cuja decisão de casamento não era exclusiva do casal. Cada um tinha que estar preparado para assumir o seu papel social masculino ou feminino [...]. O mundo do homem seria racional e calculista, e o da mulher, sentimental e afetivo (TRENTIN, 2011, p. 218).

Com a Revolução Industrial ocorrida na Europa, trazendo mudanças sociais, tecnológicas e políticas, e com a Lei 6515/1.977, que instituiu o divórcio, o modelo de família tradicional/patriarcal é abalado. A mulher passa a ser inserida no mercado de trabalho, ganhando a sua independência, e outras formações familiares se originaram.

Hoje se fala em família extensa, desconstruída, recomposta, monoparental e homoparental. Esses diversos modelos de família da contemporaneidade assumem caráter inovador, democrático e pautam seus relacionamentos no princípio de igualdade, solidariedade, afetividade e liberdade, incentivando e estimulando os seus membros a exercer a sua autonomia e independência. No entanto, essas características provocam instabilidade familiar, uma vez que, com a ausência de papéis pré-estabelecidos, os familiares necessitam negociar a todo instante suas diferenças. Com o objetivo de manter a continuidade e intensificar o crescimento psicossocial de cada membro, a família de adapta às circunstâncias (SANTOS, 2007, p.19).

Apesar das mudanças em relação às formações familiares, é nela que se constrói um espaço de sobrevivência, de afeto e de desenvolvimento, fundamental para as crianças e adolescentes, pois são os primeiros agentes de socialização.

No período de desenvolvimento entre a infância e a adolescência, considerado uma fase de descoberta de identidade, frustrações, ansiedades e conflitos internos e externos desses indivíduos, “[...] se a família estiver em crise, poderá potencializar a crise do adolescente, devido a ser nesse momento que o adolescente inicia o processo de ruptura com a autoridade dos pais” (CAPATO, 2014, p. 22).

A falta de recursos, a desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza são fatores que contribuem para que as famílias vivam numa situação de vulnerabilidade social.

O enfrentamento da vulnerabilidade social requer a superação da vulnerabilidade do direito e implica a consolidação de exigibilidade e de garantia no plano de políticas públicas e do capital social (LIMA; ALVES, 2005 apud SANTOS, 2007, p. 27). Assim, a vida familiar para ser efetiva e eficaz depende de condições para a sua sustentação e manutenção de seus vínculos (SANTOS, 2007, p. 27).

A partir da Constituição Federal de 1988, que traz em seu artigo 226 garantias previstas para a família, as legislações brasileiras têm priorizado a atenção à família, que está no centro das políticas de proteção social (PNAS – Política Nacional de Assistência Social), com a perspectiva de caráter preventivo social e como fortalecedora de laços e vínculos sociais entre seus membros.

"A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência" (BRASIL, 2005, p. 17).

O trabalho social com famílias vem sendo priorizado no âmbito das políticas públicas de assistência social, pois é na família que os indivíduos vão criar seus vínculos, e nela construir suas relações sociais primárias.

No PAIF, o trabalho social com famílias é um

[...] conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de contribuir para a convivência, e conhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um grupo social, unido por vínculos consanguíneos, de afinidade e/ou solidariedade - que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do seu reconhecimento como sujeito de direitos (BRASIL, 2012, p. 11).

O trabalho com as famílias deve ser efetivado como um direito e dever do Estado, não podendo se caracterizar como um trabalho clientelista, assistencialista e/ou de caridade. Trata-se de um trabalho especializado, exercido por profissionais técnicos de nível superior, fundamentado em conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos.

Compreender a atual realidade acerca das famílias é de suma importância para os profissionais que trabalham com este público-alvo, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como o trabalho protetivo, preventivo e proativo.

**CAPÍTULO 3 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO CRAS ANTÔNIO THOMAZ
DONATO, DE TAQUARITINGA/SP**

3.1 Breves reflexões acerca da centralidade do trabalho na vida do ser humano

Para compreender o trabalho interdisciplinar na política de assistência social, inicia-se o capítulo buscando refletir acerca da categoria trabalho, pois esta se acha inserida em toda a formação da vida social existente, contribuindo para a construção da pesquisa.

Ao longo da história, o homem se transforma e se transformou por meio do trabalho. O trabalho é categoria fundante da condição humana, obtida na interação do homem com a natureza, transformando-a em produtos para atender a suas necessidades. Para Marx (2017, p. 255), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

Segundo Marx, o trabalho realizado pelos seres humanos difere das atividades realizadas por outros animais, porque exige instrumentos que vão cada vez mais se interpondo entre quem executa e a matéria-prima. O trabalho do homem na natureza não possui uma determinação genética como o dos animais, que apenas reproduzem de maneira automática aquilo que têm em sua programação genética, e estão sempre realizando o mesmo trabalho para atender às suas necessidades.

[...] pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com cera. No final do processo de trabalho chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente [...]. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige vontade orientada a um fim (MARX, 2017, p. 255-256).

Ao longo da história, o trabalho que o homem vai realizando na natureza o caracteriza como ser social, pois começa a objetivar antes de realizar, e cria, pensa e projeta em sua mente o resultado final do produto a ser produzido.

[...] baseado na teoria marxista de que o trabalho é a atividade fundante do ser social, ou seja, o homem deixa de agir como um animal e passa a agir como ser social, pois passa a transformar a natureza que vive, transformação essa chamada de trabalho. É através deste trabalho que o

homem cria novas necessidades e a partir delas, começa a se relacionar com os demais homens (OLIVEIRA, 2017, p.20).

O homem até então só pensava em se alimentar para sobreviver, mas com o surgimento de novas necessidades, pensa, por exemplo, em ter moradia. Isso foi o que o separou definitivamente dos primatas: a acumulação de conhecimento. É o ser social que tem a consciência do que vai produzir e a sua finalidade.

A partir das relações sociais humanas com a natureza, a história da sociedade vai se modificando, assim como suas formas de produção material e até suas condições de existência.

Segundo Marx (2017, p. 256), o processo de trabalho possui três componentes: o trabalho em si, o objeto e seus meios. A terra e a água, independentemente da interferência do homem, já existem como objeto universal de trabalho humano.

O homem então pensa o produto de acordo com as suas necessidades, e utiliza objetos e os seus meios para alcançar o objetivo pré-idealizado, por meio do processo de trabalho, chegando a um resultado final. "O meio de trabalho é a coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto"(MARX, 2017, p. 256).

O produto final resultado do processo de trabalho, para o capitalista, gera um valor de uso, ou especificamente um valor de troca, uma mercadoria destinada à venda.

Com o desenvolvimento do trabalho, a sociabilidade do homem vai se constituindo, e com isso a exploração do homem pelo homem, acentuada pelo desenvolvimento industrial, gerando assim as desigualdades sociais em decorrência do capitalismo, que se enriquece com a exploração da mão de obra do trabalhador; este vende a sua força de trabalho em troca de um salário.

Com o avanço do capitalismo, da propriedade privada e da exploração do trabalho, as desigualdades sociais acentuam-se. Assim, no processo de trabalho no modo de produção capitalista, é ele quem detém os meios de produção, a força de trabalho do trabalhador e o seu produto final.

O trabalho na sociedade capitalista é alienador. O trabalhador não detém a riqueza gerada, e o que recebe como salário, vendendo a sua força de trabalho, serve apenas para suprir as suas necessidades básicas.

3.2O trabalho e atribuições da equipe de referência do CRAS

A composição da equipe de referência do CRAS é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS –NOB-RH/SUAS; a quantidade de profissionais depende do total de famílias referenciadas no CRAS. A equipe técnica de nível superior é composta preferencialmente por assistente social e psicólogo, coordenador e técnicos com formação de nível médio.

Como na tabela a seguir:

Quadro 3– Composição da Equipe de Referência do CRAS

Famílias referenciadas	Capacidade de atendimento anual	Equipe de referência	As equipes de referência do CRAS devem contar sempre com um coordenador com nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais.
Até 2.500	500 famílias	Dois técnicos com nível médio e dois técnicos com nível superior, sendo um assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	
3.500	750 famílias	Três técnicos com nível médio e três técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	
5.000	1.000 famílias	Quatro técnicos com nível médio e quatro técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS*.	

Fonte: Brasil, 2009, p. 61.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, determina por meio do inciso II que a investidura em cargo público, dê-se por meio de aprovação em concurso público, como também estabelecido pela NOB-RH/SUAS, para que assim o trabalho social com as famílias desenvolvido nos CRAS tenha continuidade, não havendo rotatividade de profissionais.

Esses profissionais de nível médio e superior, servidores públicos que compõem a equipe interdisciplinar de referência do CRAS, irão contribuir para o desenvolvimento das funções do CRAS.

O técnico de nível médio, em seu trabalho no CRAS, desenvolverá atividades de recepção das famílias, prestará informações e dará o primeiro acolhimento a demandas específicas que necessitam de triagem, para que os

técnicos de nível superior possam atender a demandas específicas de sua área de atuação.

O técnico de nível superior desenvolve as atividades conforme os serviços de PAIF e SCFV: acolhimento, atendimento individual ou grupal, visitas domiciliares, encaminhamentos de famílias para a rede de atendimento¹⁴, atividades em grupo, avaliação para possível concessão de benefícios eventuais¹⁵etc.

Em sua fala, a profissional Maria esclarece sobre as atividades exercidas no CRAS: os grupos dos projetos "Renda Cidadã" e "Grupo de Orientação a Gestantes", famílias de baixa renda, pertencentes ao território de abrangência do CRAS Antônio Thomaz Donato. Os grupos possuem atividades com temas socioeducativos que são trabalhados de acordo com a realidade de cada grupo.

Vale destacar em sua fala o acompanhamento que a equipe faz, quando solicitado pela promotoria, das famílias que estão com crianças e adolescentes na instituição de acolhimento do município.

[...] também atendemos à demanda de encaminhamento da rede, são vários, por ser um bairro vulnerável. Encaminhamentos que vêm de Conselho Tutelar, Unidade de Pronto Atendimento – UPA, é... saúde, processos que vêm encaminhados pela prefeitura, através da nossa Secretaria de Desenvolvimento Social. Então fazemos visitas em cima desses encaminhamentos, intervindo de forma necessária, muitas vezes encaminhando para outros serviços se forem necessários, ou aqui mesmo dentro do CRAS. (Maria)

Outra profissional afirma que uma das suas atividades desenvolvidas no CRAS são as "visitas de cesta básica, processos relacionados a pedido de fraldas, leite e medicamentos" (Gabriela).

Os profissionais de nível médio possuem as seguintes tarefas: recepção das famílias, atendimento, trabalho administrativo, triagem dos atendimentos, participação em reuniões sistematizadas, entre outros. Para os profissionais de nível superior, as atribuições são: acolhida dos indivíduos e famílias, visitas domiciliares as famílias, encaminhamentos para a rede de atendimento e/ou outras políticas (quando houver necessidade), trabalhar o serviço de PAIF, grupos de PAIF e SCFV, acompanhamento das famílias que necessitam de continuidade no atendimento etc.

¹⁴A rede de atendimento atua nas políticas de assistência social e/ou em outras políticas públicas, de acordo com demanda.

¹⁵ Os Benefícios Eventuais estão previstos no art.22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

Por fim, são atribuições do coordenador do CRAS: desenvolver atividades juntamente com a sua equipe, pensando em estratégias para a execução e a implementação de atividades no CRAS, gestão dos serviços socioassistenciais etc.

O quadro a seguir apresenta as atribuições da equipe de referência do CRAS para todos os profissionais que atuam nesse espaço.

Quadro 4– Atribuições da equipe de referência do CRAS

Técnico de Nível Médio
Perfil: São dois os perfis possíveis para o técnico de nível médio da equipe de referência do CRAS. Recomenda-se a presença dos dois perfis na equipe, a fim de suprir as demandas que as funções do CRAS requerem. Perfil 1 “Agente Administrativo”: Escolaridade de nível médio completo, com conhecimento para o desenvolvimento das rotinas administrativas do CRAS. Perfil 2 “Agente Social e/ou Orientador Social”: Escolaridade de nível médio completo, com experiência de atuação em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da PNAS; noções sobre direitos humanos e sociais; sensibilidade para as questões sociais; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de comunicação com as famílias.
Atribuições: Perfil 1 “Agente Administrativo”: • Apoio ao trabalho dos técnicos de nível superior da equipe de referência do CRAS, em especial no que se refere às funções administrativas; • Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS; • Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS. Perfil 2 “Agente Social”: • Recepção e oferta de informações às famílias usuárias do CRAS; • Mediação dos processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos, ofertados no CRAS (função de orientador social do Projovem Adolescente, por exemplo); • Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS; • Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS.
Técnico de Nível Superior
Perfil: Escolaridade mínima de nível superior, com formação em serviço social, psicologia e/ou outra profissão que compõe o SUAS (dependendo do número de famílias referenciadas ao CRAS e porte do município, conforme a NOB-RH); com experiência de atuação e/ou gestão em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento

da legislação referente à política nacional de assistência social; domínio sobre os direitos sociais; experiência de trabalho em grupos e atividades coletivas; experiência em trabalho interdisciplinar; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de escuta das famílias.

Atribuições:

- Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS;
 - Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS;
 - Mediação de grupos de famílias dos PAIF;
 - Realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;
 - Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território;
 - Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS;
 - Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS;
 - Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco;
 - Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;
 - Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva.
 - Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência;
 - Realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial;
 - Realização de encaminhamentos para serviços setoriais;
 - Participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal ou do DF;
 - Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas,
- definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território.

Coordenador do CRAS

Perfil:

Escolaridade mínima de nível superior, concursado, com experiência em gestão pública; domínio da legislação referente à política nacional de assistência social e direitos sociais; conhecimento dos serviços, programas, projetos e/ou benefícios socioassistenciais; experiência de coordenação de equipes, com habilidade de comunicação, de estabelecer relações e negociar conflitos; com boa capacidade de gestão, em especial para lidar com informações, planejar, monitorar e acompanhar os serviços socioassistenciais, bem como de gerenciar a rede socioassistencial local.

Atribuições:

- Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos de proteção social básica operacionalizadas nessa unidade;
- Coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas, projetos, serviços e benefícios;
- Participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contrarreferência;
- Coordenar a execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;
- Definir, com participação da equipe de profissionais, os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias, dos serviços ofertados no CRAS;
- Coordenar a definição, junto com a equipe de profissionais e representantes da rede socioassistencial do território, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços de proteção social básica da rede socioassistencial referenciada ao CRAS;
- Promover a articulação entre serviços, transferência de renda e benefícios socioassistenciais na área de abrangência do CRAS;
- Definir, junto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e dos serviços de convivência;
- Contribuir para avaliação, a ser feita pelo gestor, da eficácia, eficiência e impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;
- Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial no território de abrangência do CRAS e fazer a gestão local desta rede;
- Efetuar ações de mapeamento e articulação das redes de apoio informais existentes no território (lideranças comunitárias, associações de bairro);
- Coordenar a alimentação de sistemas de informação de âmbito local e monitorar o envio regular e nos prazos, de informações sobre os serviços socioassistenciais referenciados, encaminhando-os à Secretaria Municipal (ou do DF) de Assistência Social;
- Participar dos processos de articulação intersetorial no território do CRAS;
- Averiguar as necessidades de capacitação da equipe de referência e informar a Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF);
- Planejar e coordenar o processo de busca ativa no território de abrangência do CRAS, em consonância com diretrizes da Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF);
- Participar das reuniões de planejamento promovidas pela Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF), contribuindo com sugestões estratégicas para a melhoria dos serviços a serem prestados;
- Participar de reuniões sistemáticas na Secretaria Municipal, com presença de coordenadores de outro(s) CRAS (quando for o caso) e de coordenador(es) do CREAS (ou, na ausência deste, de representante da proteção especial).

Fonte: Brasil, 2009, p. 63.

Mediante a fala das profissionais, é possível observar que as atividades desenvolvidas vão de encontro às atribuições propostas para a atuação no CRAS, uma vez que elas podem e devem ampliar as atividades dos serviços do PAIF e no SCFV juntamente com o orientador social.

Para a execução de atividades com grupos no CRAS, pelo SCFV, é recomendado que estas unidades assistenciais possuam uma equipe com um

técnico de nível superior e orientador(es) social(is)/ educador(es) social(is), conforme a Resolução CNAS nº 9/2014.

Os profissionais que compõem a equipe do serviço devem ter conhecimentos e habilidades para desenvolver o trabalho proposto para o SCFV junto ao público de todas as faixas etárias. Contribuem com a qualificação dos profissionais que atuam no SCFV, experiências de atuação em programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais; conhecimento da PNAS; noções sobre direitos humanos e socioassistenciais; conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como do Estatuto da Juventude e do Estatuto do Idoso; conhecimento da realidade do território; boa capacidade relacional e de comunicação com os usuários de todos os ciclos de vida e suas famílias; capacidade de trabalho em equipe; entre outras (BRASIL, 2017, p. 57).

De acordo essa Resolução CNAS, o orientador social/educador social é responsável pela condução dos grupos de SCFV, pela definição dos percursos, pela construção de estratégias para a abordagem dos temas, pelas atividades desenvolvidas, pela integração entre os usuários, pela mediação de conflitos e pela avaliação dos encontros.

a) desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; b) desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; c) assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; d) apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa; e) atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora; f) apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; g) apoiar e participar no planejamento das ações; h) organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; i) acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; j) apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; k) apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; l) apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; m) apoiar os demais membros da equipe de referência em todas as etapas do processo de trabalho; n) apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; o) apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; p) apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos

realizados; q) apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; r) participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; s) desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; t) apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; u) informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; v) acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; x) apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas (BRASIL, 2014, p.4).

As ações desenvolvidas pelo orientador social/educador social devem contar com o apoio e a participação do técnico de nível superior responsável pelo grupo.

Em relação aos facilitadores de oficinas, conhecidos comoicineiros, usualmente são prestadores de serviços que desenvolvem atividades esportivas, artísticas e culturais. A contratação destes profissionais não é obrigatória por parte dos municípios. Os facilitadores de oficinas podem atuar em parceria com os orientadores sociais.

O profissional Pedro, em sua fala, explicita as atividades que desenvolvia comoicineiro no CRAS:

O meu trabalho no CRAS foi direcionado a aulas de karatê, com turmas de até 12 anos, e turmas acima de 12 anos. Era feita a inscrição das crianças direto no CRAS e..., e... eles faziam aulas, aulas comigo duas vezes na semana, com duração de uma hora. Então nessas aulas a gente trabalhava os princípios do karatê e, ao mesmo tempo, princípios da Educação Física, como coordenação motora, habilidades específicas, saltos, e assim por diante (Pedro).

O trabalho que desenvolvi aqui é mais social. Eu sinto, eu acho que de último plano chega à oficina dança, porque você chega aqui, as crianças vêm, te abraçam, elas são bem carentes. Então a gente sentava para conversar [...] (Sofia).

A profissional, em seu ponto de vista, entende que as oficinas desenvolvidas vão além de uma aula esportiva. Percebe em seu público a necessidade de um espaço para a conversa e o diálogo. Ressalta a importância de ter profissionais capacitados para o acompanhamento destas atividades, pois é por meio da escuta que os profissionais podem conhecer as demandas que exigem uma atenção profissional relacionada às crianças e aos adolescentes.

O processo de escuta qualificada permite a implementação de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo; daí a relevância do acompanhamento de um profissional de nível superior nas atividades em grupos.

O profissional André, em sua entrevista, relata que na oficina que desenvolve com as crianças e adolescentes, existe um processo longo a ser construído para se aprender teatro, que vai desde ensinar a ouvir, se expressar, a pensar, até chegar à montagem da peça teatral.

[...] a proposta é de inserir os adolescentes e as crianças dividindo em faixa etária; então a gente procura trabalhar criança com criança, adolescente com adolescente. Se inserindo no contexto do que é o teatro e a arte circense, então basicamente a gente procura ensinar as crianças e os adolescentes, adaptado para essa faixa etária, um pouco do mundo do teatro, do circo. Contexto de ensinar a pensar e a fazer, no caso, não é uma oficina de montagem, que pega um pessoal, vão montar uma peça de teatro, a peça é um produto final. A nossa proposta é pedagógica. Então a gente insere no contexto do que é um corpo expressivo, do que é um corpo interativo, do que é uma pessoa que pensa o texto, interage com o texto, e depois a gente entra no contexto do que é a montagem do teatro, do produto final. Então basicamente a gente tenta mostrar que o teatro e o circo são para todo mundo, não só pros que têm talento; por isso que muita gente vem fazer oficina, porque é tímida e quer perder a timidez. Se eu fosse montar um espetáculo, um teatro, ele iria embora logo em seguida, porque se sentiria meio constrangido e não tem a mesma desinibição que outros têm [...] (André).

Em sua entrevista, o profissional André relata que por meio da oficina de teatro repassam-se para as crianças e adolescentes aprendizados que podem contribuir com a vida pessoal e em sociedade. Esta didática é importante, pois pensa na criança e no adolescente na sua formação integral (totalidade), como cidadão, respeitando sua situação peculiar de desenvolvimento.

[...] o teatro trabalha com a integração, muito com a relação, a importância do ouvir. Então essa questão da pessoa desenvolver, você tem que ouvir o outro, você tem que observar o outro. Isso acaba interferindo quase em tudo: na vida da pessoa, alguém que ouve mais do que fala, ela simplesmente comete menos erros, ela acaba agredindo menos a pessoa. O teatro acaba somando e também acaba ajudando a desenvolver outras coisas (André).

Conforme a fala de Sofia e André, é nítido que as oficinas para eles são mais do que simplesmente ensinar um esporte, uma cultura, uma arte. Eles objetivam com suas oficinas um espaço de escuta, visando transformar a realidade desses cidadãos. Estes profissionais vão além de simplesmente trabalhar o que é

proposto; eles pensam que por meio destas oficinas podem contribuir com a formação cidadã, ensinando uma arte.

Os trabalhos devidamente planejados, sistematizados, acompanhados e avaliados podem contribuir com os objetivos do SCFV para a infância e a adolescência.

De acordo com os objetivos do SCFV para crianças de seis a 15 anos e de 15 a 17 anos, as oficinas desenvolvidas por estes profissionais estão vinculadas à possibilidade de ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, a fim de estimular o desenvolvimento de suas potencialidades, habilidades e talentos, além de propiciar a sua formação cidadã.

De acordo com os relatos, sobre o trabalho desenvolvido pelos profissionais, é possível identificar, pela fala deles, que o trabalho no CRAS não possui interdisciplinaridade. Que no dia a dia não há momentos para se pensar em estratégias e ações que envolvam o trabalho com a infância e a adolescência.

É nítido na fala dos profissionais que quando desenvolvem oficinas com as crianças e adolescentes do CRAS, têm a perspectiva de trabalho e o interesse de que haja um retorno para estas crianças e adolescentes em suas vidas, visando ao exercício da cidadania e à integração consciente em uma sociedade de classes. Mediante tais relatos, deveria haver um acompanhamento efetivo de um técnico de nível superior do CRAS, para assim alcançar todos os objetivos propostos do SCFV para com as crianças e os adolescentes¹⁶.

Contudo, seria imprescindível ir mais além, entender melhor toda a rotina de trabalho acerca desses profissionais, para efetuar uma análise crítica mais aprofundada em relação à sua atuação profissional. Não se deve em hipótese alguma culpar os profissionais que estão à frente deste trabalho pelos resultados não obtidos, e sim questionar as condições impostas no dia a dia para estes profissionais realizarem seu trabalho com a infância e a adolescência.

O cenário atual é desafiador para os profissionais que trabalham com políticas sociais. Um Estado cada vez mais omissos em suas responsabilidades, com privatizações de vários setores públicos, além das condições de precarização do trabalho profissional, que envolvem poucos salários, poucos profissionais para suprir toda a demanda existente em seu setor de trabalho, a cobrança por respostas

¹⁶ Os objetivos do SCFV foram apresentados no Capítulo 2 desta pesquisa.

rápidas aos problemas que surgem, fazendo assim com que, muitas vezes, o trabalho se limite ao assistencialismo.

As políticas sociais são pensadas pelo Estado como uma forma de amenizar os conflitos da classe trabalhadora com a burguesia, sendo um processo de mediação de interesses, a fim de controlar a classe trabalhadora em ações que possam atingir o sistema capitalista.

É imprescindível que os profissionais atuantes na política de assistência social mantenham sempre a criticidade sobre o trabalho desenvolvido, questionando e buscando sempre um melhor atendimento e respostas efetivas aos problemas demandados pelos indivíduos e famílias que procuram os serviços do CRAS.

3.3 A interdisciplinaridade do trabalho da equipe do CRAS junto à infância e à adolescência

Neste item reflete-se sobre a interdisciplinaridade nos espaços de trabalho dos profissionais do SUAS.

Com base no documento “Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” (2009), é imprescindível o trabalho interdisciplinar para atender às demandas sociais, na perspectiva de superar um trabalho tecnicista para a garantia da efetivação da proteção social básica.

As abordagens das profissões podem somar-se com o intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual. Ao integrar a equipe dos/as trabalhadores/as no âmbito da política de Assistência Social, os/as profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sociopolítico de uma nova sociedade, que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida (CFESS, 2011, p.25).

No trabalho interdisciplinar na política de assistência social, especificamente nos CRAS, devem-se priorizar momentos para reflexões e trocas de saberes sobre as demandas colocadas no dia a dia dos profissionais, por intermédio de reuniões para debates. Esses momentos permitem que os profissionais

construam em conjunto o planejamento e a operacionalização das atividades para o trabalho em equipe.

Fazenda (2008, p. 161) define assim a interdisciplinaridade:

[...] significa, em sentido geral, relação entre as disciplinas. Ainda que o termo interdisciplinaridade seja mais usado para indicar relação entre disciplinas, hoje alguns autores distinguem de outros similares, tais como a pluridisciplinaridade e a transdisciplinaridade, que também podem ser entendidas como forma de relações disciplinares em diversos níveis, como grau sucessivo de cooperação e coordenação crescente no sistema de ensino-aprendizagem (FAZENDA, 2008, p. 161).

Falar sobre interdisciplinaridade remete o profissional a pensar sobre áreas de estudos diferentes, que estão em comunicação uma com a outra, seja na ciência, na arte, na educação ou no trabalho profissional.

Savassi et al. (1989) definem a interdisciplinaridade como uma relação constante de troca de saberes,

[...] uma relação de reciprocidade, de mutualidade, um regime de copropriedade, possibilitando o diálogo, onde as diversas disciplinas levam a uma interação, a uma intersubjetividade, condição para a efetivação do trabalho interdisciplinar (SAVASSI et al., 1989, p. 83).

Esta troca de saberes entre profissionais com formações diferentes, atuando na política de assistência social, deve ser constante e complementar, com o objetivo de somar conhecimentos em busca de uma transformação para a realidade social na vida dos indivíduos e famílias atendidos pela Política de Assistência Social.

Severino (1989) ressalta que a interdisciplinaridade não deve ser vista como uma concorrência entre as disciplinas, e sim como uma condição de colaboração na ciência.

[...] não opera uma eliminação das diferenças: tanto quanto na vida em geral, reconhece as diferenças e as especificidades, convive com elas, sabendo contudo que elas se reencontram e se complementam, contraditória e dialeticamente. O que de fato está em questão na postura de interdisciplinaridade, fundando-a, é o pressuposto epistemológico de acordo com o qual a verdade completa não ocorre numa Ciência isolada, mas ela só se constitui num processo de concorrência solidária de várias disciplinas (SEVERINO, 1989, p. 20).

Na Política de Assistência Social, a interdisciplinaridade está presente na própria formação da equipe técnica do CRAS, com profissionais de formação de nível médio, e de nível superior, com formação em psicologia, serviço social, e, se

necessário, após avaliação do gestor municipal, um profissional que compõe o SUAS¹⁷.

Dessa forma, o trabalho interdisciplinar em equipe deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizar o indivíduo pela sua condição socioeconômica (CFESS, 2007, p. 38).

Essa perspectiva de interdisciplinaridade requer profissionais que contribuam com seus conhecimentos para o fortalecimento do caráter protetivo, proativo e preventivo da proteção social básica.

A profissional Júlia relata:

[...] entendo como fundamental. muito importante, eu acho que isso precisa ser melhorado e aprimorado cada vez mais. Porque é fundamental: um profissional complementa o outro, o pedagogo, o professor, o assistente social, o psicólogo [...]. Acho que todo mundo tem de estar bem unido nessa rede, bem redondinho pra conseguir fazer desse atendimento o melhor possível, né? (Júlia).

A educadora complementa a sua fala sobre a interdisciplinaridade: “um profissional sozinho não dá conta, não tem como. Acho que precisa desse olhar de toda uma equipe, formada, especializada, pra conseguir acompanhar essas demandas que eles estão trazendo cada vez mais precoces, né?” (Júlia).

Em sua fala, é possível identificar que há uma proposta de trabalho interdisciplinar, quando reconhece que um profissional sozinho, com seu conhecimento isolado, não é capaz de responder às demandas atuais com efetividade, ou seja, de atingir os objetivos do trabalho.

Para Maria, cujo entendimento coincide com o de Júlia, a interdisciplinaridade

[...] é extremamente importante, primordial pra atender essas famílias assim em situação de vulnerabilidade, justamente por ter as duas divisões do psicólogo, quanto do assistente social, pra tentar, da melhor forma possível, resgatar essa família, essa família vulnerável. Eu acho que ninguém trabalha sozinho, ninguém consegue nada sozinho, e acho que trabalho em equipe surte mais efeito, tanto em equipe dentro do CRAS quanto a equipe da rede municipal total (Maria).

¹⁷Poderão compor a equipe: pedagogo, sociólogo, antropólogo ou outro profissional com formação compatível com a intervenção social realizada pelo PAIF.

O trabalho interdisciplinar, segundo essa profissional, não consiste em opinar ou sugerir. São necessários debates, reuniões e momentos para se pensar e planejar ações e intervenções profissionais. É um trabalho que requer que todos estejam envolvidos simultaneamente e de modo integrado.

A construção do trabalho interdisciplinar impõe aos(as) profissionais a realização permanente de reuniões e debates conjuntos de planejamento a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho(CFESS, 2007, p. 39).

Vale ressaltar na fala dos demais profissionais, que em seus relatos não souberam definir o trabalho interdisciplinar, usando termos como: importante, positivo, saber ouvir a opinião do próximo etc., sem ao menos darem uma definição do que seria o trabalho interdisciplinar.

O trabalho de equipe interdisciplinar é primordial, pois ele é necessário para desenvolver um trabalho efetivo no CRAS, onde vai responder às demandas dos usuários dos serviços. Então eu acho que o principal é a equipe (Gabriela).

Assim, a gente consegue ter uma resposta positiva no trabalho desenvolvido no CRAS justamente por conta disso: porque a gente está atuando como professor ali, mas por trás tem o respaldo de toda a equipe multidisciplinar, que faz parte dali: assistente social, orientadores. Então elas fazem um trabalho em conjunto, direcionado especificamente para cada situação de cada criança, cada problema, e passam essas orientações para a gente, para que a gente possa trabalhar da melhor forma dentro das nossas aulas (Pedro).

Olha, eu acho que o trabalho em equipe, ele tem que ter uma flexibilidade, para saber administrar as coisas, Porque você está com várias pessoas ali, cada uma, uma opinião. Então a gente tem que saber ouvir, ter o bom senso de respeitar a opinião do outro. Eu consegui manejar tudo isso para algo melhor(Sofia).

Na fala do profissional André, ele assevera: “Cada um tem que saber sua função e não atropelar o outro. O combinado não sai caro e a comunicação é tudo” (André). Resta claro que ele não trabalha interdisciplinarmente, e que cada profissional deve fazer o trabalho que lhe compete.

O trabalho interdisciplinar, como afirma Ortiz, consiste em trabalhar com as diversas formações de saberes, considerando o que cada profissional tem em sua particularidade, para contribuir com as ações profissionais.

Uma atuação interdisciplinar é, portanto, aquela que possibilita a interlocução horizontal entre os diversos saberes e práticas, sem desconsiderar as particularidades de cada profissão, nem a natureza da contribuição de cada um dos sujeitos profissionais envolvidos (ORTIZ, 2011, p. 195).

Pensar no trabalho interdisciplinar é entender que nenhum profissional é melhor que o outro, e que a sua bagagem teórica não é mais/menos importante que a do outro profissional. É imprescindível na atuação profissional que se tenha ética, respeito, e que os profissionais em seu campo de trabalho, juntos, busquem transformar a realidade social das famílias que procuram respostas para as suas demandas, nos espaços de atendimento do CRAS.

É fundamental saber se nos espaços de trabalho do CRAS os profissionais conseguem realizar um trabalho interdisciplinar.

O trabalho da equipe dentro deste CRAS funciona de uma forma efetiva. Fazemos todas as intervenções juntos, tentando da melhor forma chegar a um consenso, para suprir essa falha na família. Acho que esse é o caminho mesmo: de ir ao encontro das necessidades do indivíduo em questão, da família em questão. Eu acho que o trabalho em equipe é extremamente importante; é a base do serviço, mesmo (Maria).

[...] eu acho que é o começo, começa pelo CRAS, passando pelos outros departamentos. O CRAS é fundamental, a equipe do CRAS é fundamental pra poder dar esse acompanhamento, pra conseguir visualizar o que está acontecendo com essa criança, com esse adolescente, seja numa situação boa, seja numa situação ruim. Muitas vezes a família não consegue dar o direcionamento certo, não sabe exatamente o que a criança tem, o que o adolescente tem. Às vezes tem um transtorno, uma deficiência, um déficit, ou até mesmo surpreendentemente tem alguma coisa positiva, acima da média, acima da expectativa. Então, só a equipe mesmo pra poder fazer essa análise e providenciar o melhor encaminhamento. Eu analiso o trabalho da equipe do CRAS como fundamental nesse processo de acompanhamento da infância e da adolescência atualmente (Júlia).

Mediante a fala das profissionais acima, o trabalho interdisciplinar acontece no CRAS e é positivo. Porém, fica claro que se os profissionais não sabem conceituar o que seria um trabalho interdisciplinar, não podem afirmar que este trabalho é efetivo no CRAS.

Na fala da profissional Maria, ela relata que a equipe chega a um consenso sobre quais ações a equipe deve ter, com base nas demandas apresentadas pelos usuários do serviço. O trabalho interdisciplinar vai além de consenso entre as opiniões dos profissionais. A interdisciplinaridade exige troca de saberes, estudos, um olhar para as famílias e os usuários, a fim de que sejam atendidos em sua integralidade.

A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que elege uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns. Esse processo integra, organiza e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação, a fim de organizar as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum (BRASIL, 2009, p.65).

Pode-se concluir sobre a não existência de um trabalho interdisciplinar no CRAS, quando analisadas as falas dos demais profissionais que ministravam aulas às crianças e aos adolescentes. É um trabalho caracterizado por ações tão só de uma área do saber/conhecimento.

Então, eu não tive muito contato com isso assim, com trabalho em equipe do CRAS. Mas eu percebi que era tranquilo assim. Acho que não tinha nenhum problema, cada um tinha o seu, a sua função, e desenvolvia da melhor forma possível (Sofia).

A proposta é pertinente, é correta, pelo menos. O tempo que eu passei aqui, em nenhum momento nada que foi planejado, acordado, que partisse da organização do CRAS foi descumprido[...]. Mas aquilo que é acordado entre a equipe de trabalho do CRAS é extremamente coerente, organizado, e flexível. Então não vejo distorções da proposta com execução (André).

[...] eles sabem quem são as pessoas que mais precisam de determinadas orientações, então eles conseguem, através do sistema, descobrir quem necessita das coisas. Um profissional vai ajudando o outro, vai passando informações, vai colhendo dados, e dessa forma eles conseguem fazer o trabalho em equipe multidisciplinar, que ajuda e facilita muito o trabalho (Pedro).

Evidencia-se que não existe diálogo nem troca de saberes para se pensar o trabalho realizado. Os profissionais não entendem nem compreendem teoricamente a interdisciplinaridade em seus espaços de trabalho.

Passa-se a tentar conhecer o pensamento deles em relação à infância e à adolescência.

Conforme estudado no Capítulo 2, crianças e adolescentes antes da década de 1980 não eram vistos nem reconhecidos como seres em desenvolvimento. O Estado e a própria sociedade julgavam esta população, na maioria pobre, como pessoas que deveriam ser punidas por suas ações.

A história de infância e adolescência pobres no Brasil sempre colocou crianças e adolescentes à margem da sociedade, aqueles que não se adequaram ao sistema de produção capitalista, tiveram como retorno às suas vidas, em muitos momentos, a piedade e a solidariedade do conservadorismo social e cristão, bem como a indiferença com a crueldade de muitos. A história é marcada pela invisibilidade desta população que foi à

luta pela sobrevivência e, em tantos momentos, custou-lhes a vida (PIANA, 2017, p. 7).

A partir de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e mais tarde, com o ECA, a infância e a adolescência passam a ter um novo olhar pelo Estado, que os reconhece como cidadãos de direitos, e que sua fase de desenvolvimento deve ser garantida e protegida.

Ainda hoje vige uma cultura histórica da infância e adolescência preconceituosa, culpabilizadora, que em sua maioria não vê esta população como digna de vez e voz.

Eis algumas falas dos profissionais que desvelam sua visão de infância e adolescência:

A infância e adolescência atualmente, vejo de uma forma bem comprometida, é experiência que nós temos assim de trabalho de CRAS. Através de visitas, através de demanda espontânea, numa situação bem crítica, principalmente no que diz respeito à drogadição, por ser território de vulnerabilidade, de alta vulnerabilidade social. Os índices de drogadição são muito altos, e os de evasão escolar, também. A gente vê nessa estrutura familiar que isso não é mais a prioridade da família; tornou-se uma coisa totalmente secundária a criança se dedicar aos estudos. Mesmo através do programa Bolsa Família, que seria um incentivo, a gente vê que às vezes a família prefere ou perder o programa ou tirar o jovem da composição familiar, do que dar prioridade à educação (Maria).

Eu vejo que a infância tem se perdido. Acho que tá tudo muito acelerado. Eu não sei dizer o que acontece, mas também sinto que na minha época as coisas foram um pouco aceleradas, né? Antigamente, diziam que até os 15 as pessoas brincavam, e tudo o mais; hoje em dia, acho que acelerou, e eu sinto as crianças e adolescentes perdidos assim, não sabendo para onde ir, o que procurar. Mas acho que tudo isso é influência, que os pais devem começar de casa (Sofia).

Eles não sabem, eles não entendem o que é um não. É uma geração que não sabe lidar com limitações, porque acha que tudo dá pra fazer, que eles querem fazer tudo. Então é uma geração que o psicológico e o afetivo são muito imaturos, não são adequados à idade. Claro que há exceções. Quando você tem isso, os jovens estão suscetíveis à busca imediata do prazer, a beber, ou pras drogas. Você não dá valor aos estudos, né? (André).

Alguns profissionais fizeram um levantamento sobre a responsabilidade do Estado perante este público, quanto aos investimentos em políticas sociais voltadas à infância e à adolescência. Gabriela observa: “[...] um desamparo também pelo governo, que não possui políticas públicas [...]”.

É... eu vejo assim como um grande desafio pras pessoas que trabalham com crianças e adolescentes, visto que as famílias estão bastante desestruturadas [...]. Por mais que o Estado, o governo se esforce com as escolas e com os equipamentos públicos, eu ainda acho que é bastante insuficiente, porque a gente tem cada vez mais problemas aí aparentes, de suicídio, homicídio, incidências de violência, drogadição. Isso está cada vez mais crescente, com cada vez mais crianças mais novas envolvidas, tanto com o tráfico quanto em várias condições de vulnerabilidade (Júlia).

Na fala de Júlia, percebe-se que ela acredita que o Estado faz tudo o que está ao seu alcance em relação aos investimentos nas políticas públicas, porém muito mais precisa ser feito. Nesse sentido, as políticas sociais, apresentam-se como uma forma de controlar a classe trabalhadora.

Atualmente, com a política neoliberal, o Estado em face das políticas sociais assume cada vez mais um maior distanciamento e descomprometimento com a população usuária dessas políticas, transferindo as responsabilidades para a sociedade civil e para o terceiro setor.

Outra característica observada foi desenvolvimento de ações do Estado seguindo uma tendência dedesresponsabilização sobre a política social,transferindo o desenvolvimento das políticas para o terceiro setor. Em um processo de refilantropização, o serviço voluntário e o sentimento de solidariedade assumem o lugar da intervenção profissional na seguridade social, assim como o que é direito garantido, passa a ser benesse. Assim, a implantação do Estado neoliberal nas políticas públicas tem como base três eixos norteadores: a descentralização, a privatização e a focalização (PEIXOTO, 2017, p. 48-49).

O Estado sempre foi pensado e organizado de acordo com os interesses da classe burguesa, atendendo assim aos seus interesses, como um regulador das relações sociais, não fazendo oposição à exploração do trabalho.

É nítido que o Estado não investe totalmente nas políticas públicas, pois o mesmo não é de seu interesse, visto que o Estado possui distanciamento e desresponsabilização perante aos cidadãos que dependem destes serviços.

O Estado ao longo dos anos, com a política neoliberal, irá ficar mais distante das políticas sociais, passando a responsabilidade para o Terceiro Setor, e para a sociedade.

As políticas públicas estão se tornando cada vez mais fragmentárias e seletivas, dificultando assim o trabalho dos profissionais na garantia de direitos a todos os cidadãos.

Os profissionais que estão atuando com a infância e a adolescência demonstraram em suas falas desconhecimento a respeito da infância e da adolescência em seu processo histórico. Assim, é urgente implementar políticas sociais voltadas à infância e à adolescência, com a participação de todos nesta construção, uma vez que o controle do Estado é exercido pela sociedade civil por meio dos preceitos legais.

A Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS define que a participação da população na formulação e na fiscalização das ações nas políticas sociais dar-se-á por meio do controle social.

O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político administrativa financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais(BRASIL, 2005, p.51).

O controle social é exercido pela população por meio de sua participação nas conferências e conselhos de assistência social. Os espaços de mobilização, participação e controle social (Conselhos, Fóruns, Conferências etc.) devem ser utilizados como forma de articulação, democratização, mobilização e contribuição para os interesses da sociedade na formulação e defesa dos direitos sociais à infância e à adolescência, conquistados ao longo dos anos.

Para tanto, nos CRAS é indispensável que os profissionais envolvam as famílias na formulação dos programas, projetos e serviços ofertados nos CRAS. É a partir da escuta dos usuários envolvidos nos serviços que os profissionais poderão efetivar um trabalho que atenda às demandas das famílias no território de abrangência do CRAS.

Em todo o processo de gerenciamento do trabalho social com famílias do PAIF, a participação das famílias usuárias é fundamental, em especial nos eixos planejamento, monitoramento e avaliação. Possibilitar a participação democratiza o Serviço, leva à definição de estratégias e conteúdos adequados à realidade das famílias, bem como contribui para o alcance de aquisições por parte dessas famílias, no que concerne à conquista de autoestima política, empoderamento, autonomia e protagonismo (BRASIL, 2012b, p.93).

As famílias têm direito de participar no gerenciamento do trabalho social com famílias do PAIF. A forma de participação pode ser através de reuniões, avaliações sobre as atividades realizadas, mural de críticas ou sugestões.

Neste estudo, é relevante conhecer a realidade do CRAS Antônio Thomaz Donato, de Taquaritinga, para saber como se dá o trabalho desenvolvido junto à infância e à adolescência.

Bom, a gente segue o que tem já, em regimento; o que tem, o que está escrito, os cadernos da gente, de oficinas, de PAIF, pra não fugir da proposta né. A partir daí, a gente se ajusta à realidade do território, do município, juntamente com a gestão, juntamente com a Secretaria. É...então a gente, ao final do ano, já pensa no que seria proposto de oficinas pra crianças e adolescentes pro ano seguinte, com base no que a gente já tem de experiência, que já deu certo, o que teve demanda, o que teve procura, o que a gente sabe que as crianças necessitam, anseiam e gostam. Então é dessa forma que são pensadas, seguindo as normas, seguindo aquilo que já pede nos cadernos, e trabalhando com a adequação da realidade da demanda (Júlia).

Segundo Júlia, na formulação dos serviços que envolvem as crianças e adolescentes no CRAS, não há a participação das famílias do território. No planejamento das atividades a serem desenvolvidas com a infância e adolescência no CRAS, os profissionais se baseiam nos cadernos de orientações elaborados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e em atividades que já foram executadas e deram resultados positivos.

Porém, é imprescindível questionar se essas atividades realizadas com a infância e adolescência são oferecidas apenas para cumprir o que prescreve a legislação e para atingir os objetivos.

Alguns profissionais não souberam responder com exatidão quem são os responsáveis por pensar no trabalho desenvolvido junto à infância e à adolescência no município.

[...] então se parte primeiro no campo das ideias. As ideias são estabelecidas através dos conselhos, estaduais ou municipais, e até federal, que é guiado pelo ECA o Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso vai se estruturar através de ideias, e isso tem que ser colocado em prática, através de projetos com começo, meio e fim. Esse começo, meio e fim vai ser gerenciado pelas secretarias, e as secretarias vão delegar essa execução para unidades como o CRAS (André).

Bom, dentro do CRAS, eu trabalhava com dança. Eu desenvolvi o meu trabalho porque eu fui convidada a dar aulas de dança para crianças [...]. Eles deram na minha mão, e eu dei continuidade (Sofia).

Pelo que eu notei nesses sete meses, o CRAS tem uma demanda de atividades. A gestora, ela percebe essa demanda e ela faz a solicitação pra Secretaria de Assistência Social, do que está precisando naquela região, quais são as coisas que melhor vão atender àquela comunidade. A partir daí, o gestor da Assistência Social vai analisar e vai ver o que é possível, para que se atenda àquela comunidade (Pedro).

Outros profissionais demonstram que não têm clareza sobre a questão:

A equipe no CRAS não trabalha diretamente com crianças e adolescentes, apenas são desenvolvidas oficinas onde o professor faz o acompanhamento e a equipe acompanha as famílias que apresentam uma demanda específica. Nós não desenvolvemos diretamente no CRAS (Gabriela).

[...] estamos no aguardo de um retorno, como teve o ano passado trabalho com infância e adolescente através de oficinas de karatê e dança, e teatro, que a gente não atuava diretamente; todos tinham monitor. A gente traz a família pra primeira entrevista, já faz uma análise da família como um todo, e a criança frequenta as oficinas (Maria).

Por meio das entrevistas, é possível verificar vários questionamentos sobre o que os profissionais entendem acerca da interdisciplinaridade; sobre como deve ser no campo de trabalho a sua atuação integrada com vários profissionais; a visão sobre a infância e a adolescência; e quais os envolvidos para pensar os programas, serviços e projetos voltados a este público.

Mediante tal cenário, é preciso que os profissionais, em seus espaços de trabalho, tenham tempo para estudar, reuniões para discussão de casos e capacitação profissional, o que contribuirá para a atuação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o trabalho interdisciplinar com as crianças e adolescentes do CRAS Antônio Thomaz Donato, de Taquaritinga/SP, partindo do pressuposto de que os profissionais que atuam com as políticas públicas de assistência social enfrentam diariamente desafios para efetivar um trabalho interdisciplinar com as crianças e adolescentes. O sistema capitalista exige dos profissionais respostas emergenciais e rápidas aos problemas sociais, não visando à qualidade do serviço e tampouco ao atendimento do indivíduo e das famílias com dignidade.

Por meio do estudo, evidenciou-se que as políticas sociais são pensadas e formuladas pelo Estado, como forma de mediar as relações sociais da classe trabalhadora *versus* a burguesia. O Estado, com as políticas sociais, intenta amenizar conflitos sociais, que no Brasil se intensificaram na década de 1930.

Desde então, a classe trabalhadora buscou se organizar em movimentos sociais para reivindicar melhores condições de vida. O papel do Estado ante tais manifestações foi o de pensar em políticas sociais, como forma de manter a ordem social e o gerenciamento da pobreza.

Nesta perspectiva, a população infanto juvenil é o público-alvo da política de assistência social, por meio de ações, programas e projetos voltados a eles e a seus familiares. Porém, esta pesquisa evidenciou que nem sempre foi assim.

As crianças e adolescentes pobres, até a década de 1980, sofreram vários preconceitos por parte do Estado e da sociedade, que mantiveram um olhar de culpabilização e de responsabilização dos problemas sociais enfrentados naquela época e que persistem nos dias atuais, mesmo após a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Para as crianças e adolescentes, filhos da classe trabalhadora, previa-se a inserção nas indústrias para trabalhar, mas não o direito de estudarem e brincarem. Já para as crianças e adolescentes pobres, considerados marginais, cabia a internação, como forma de correção, nas Fundação Estaduais para o Bem-Estar do Menor, as FEBEMs.

O tratamento do Estado para a criança e o adolescente sofre modificações com a promulgação do ECA (na década de 1990), que os reconhece como cidadãos de direitos e deveres, que precisam ter a sua fase de desenvolvimento assegurada e protegida pelo Estado, pela sociedade civil e pela

família. Mesmo com as conquistas em relação à infância e à adolescência no Brasil, ainda se tem na sociedade, enraizada historicamente, uma cultura de preconceito a esses sujeitos.

Com vista a todas as conquistas relacionadas à infância e à adolescência, o atendimento no serviço de Proteção Social Básica é garantido pelas normatizações legais da PNAS e do SUAS.

No serviço da Proteção Social Básica, que é executado pelo CRAS, é previsto trabalho a este público pelo PAIF e SCFV. Os trabalhadores do SUAS devem desenvolver ações com a infância e adolescência junto à sua família.

É previsto que a equipe de referência do CRAS seja composta por diversos profissionais, e que assumam o trabalho interdisciplinar no trabalho social com as famílias. Por meio do trabalho interdisciplinar, os profissionais buscam responder, mediante as ações planejadas, às necessidades que as famílias trazem aos profissionais.

O trabalho interdisciplinar é imprescindível, pois no CRAS há profissionais qualificados do Serviço Social e da Psicologia, com formações diferentes. Juntos, com o seu olhar e atenção às famílias no âmbito social e no comportamento humano, contribuem para o alcance dos objetivos dos serviços do PAIF e do SCFV.

Por intermédio da problematização e do objeto de estudo presentes na dissertação, os resultados alcançados propiciaram a construção de conhecimento e contribuíram para ampliar os horizontes e avançar na discussão acerca da temática.

Mediante a pesquisa de campo, foi possível identificar que os profissionais do CRAS Antônio Thomaz Donato de Taquaritinga não executam o trabalho de modo interdisciplinar. Os profissionais, na entrevista, não conseguiram conceituar o trabalho interdisciplinar, revelando em suas falas o desconhecimento de um trabalho relevante no CRAS, e que cada profissional pode contribuir nas ações desenvolvidas junto às famílias.

Mediante a pergunta sobre como é desenvolvido o trabalho dos profissionais, pôde-se averiguar a inexistência da interdisciplinaridade no CRAS com a infância e a adolescência.

O trabalho interdisciplinar exige que os profissionais pensem em conjunto e elaborem estratégias para atender às demandas sociais emergentes das famílias.

Neste segmento, os participantes da pesquisa, mediante as falas, não compreendem a relevância de se pensar na infância e adolescência, pois relatam que os problemas advindos são de responsabilidade das famílias. Uma vez que os profissionais não detêm conhecimento sobre a história desses sujeitos na sociedade, não é possível pensar o trabalho com a infância e adolescência na perspectiva da garantia dos seus direitos.

Se os profissionais não concebem uma infância e adolescência a serem respeitadas em sua situação de desenvolvimento e de atendimento às políticas sociais, consequentemente terão dificuldade para compreender como imprescindível para as formulações das políticas sociais, a participação desses sujeitos e da sociedade.

As políticas sociais têm sido cada vez mais escassas e excludentes, voltadas para os pobres mais pobres, sofrendo consideráveis reduções no investimento por parte do setor público e dos atuais governos.

A presente pesquisa elencou as seguintes estratégias de enfrentamento:

É necessário que os profissionais busquem sempre um maior conhecimento acerca da política na qual estão trabalhando. O conhecimento, a leitura crítica da realidade e o compromisso profissional podem contribuir com a transformação nos espaços de trabalho. O protagonismo da infância e da adolescência é o desafio maior desses profissionais.

Faz-se necessário que haja um cronograma de trabalho, para que os profissionais possam se organizar com os serviços, e assim, terem um tempo em seu horário para reuniões de equipe, com o objetivo de discussão das atividades e serviços prestados para a comunidade.

Os profissionais precisam trabalhar em conjunto para a superação dos desafios impostos cotidianamente em seus espaços de trabalho, ou seja, um trabalho interdisciplinar, e assim efetivar o trabalho interdisciplinar, com vistas à garantia de direitos e ao acesso da infância e da adolescência aos programas, serviços e projetos da Proteção Social Básica.

REFERÊNCIAS

BARROS, A.J. S; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica. 3. Ed. São Paulo: Person Pretice Hall, 2007.

BARROS, A.J. S; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARROS, A.J. S; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 18. ed. – Petrópolis, R.J: Vozes, 2009.

BEHRING, E. R. Política Social no contexto da crise capitalista. 2009.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERETTA, R. C. S. Um dos desafios da questão social: adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em Araraquara-SP. 2010. 228f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no serviço social. São Paulo: Veras; Ponta Grossa: UEPG, 2008.

BOURGUIGNON, J. A. Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

BRANT, N. L. C. A sociabilidade do capital e o gerenciamento da questão social: o Projeto Ético-Político Profissional no cotidiano do Assistente Social. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP, Franca, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova tipificação nacional de serviços socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 2009.

_____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 3.799 de 5 de novembro de 1941. Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@. **São Paulo>>Taquaritinga**. Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355370&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 de outubro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: 20 out. 2016

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens**. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações**. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília, 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Orientações Técnicas sobre o PAIF. **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, segundo a tipificação de serviços socioassistenciais**. Volume 1. Ed. 1. Brasília 2012a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Orientações Técnicas sobre o PAIF. **Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. Volume 2. Ed. 1. Brasília 2012b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS –2004. Norma Operacional Básica NOB-SUAS**. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2013. Brasília, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica (DPSB). **Perguntas Frequentes: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV)**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. Portaria nº 78, de 8 de abril de 2004. Estabelece diretrizes e normas para a implementação do "Programa de Atenção Integral à Família – PAIF" e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 13 de abril de 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2004/Portaria%20no%2078-%20de%208%20de%20abril%20de%202004.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Resolução nº 9 de 15 de abril de 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 de abril de 2014.

_____. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 de janeiro de 2013.

_____. Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd/pdfs/Res_113_CONANDA.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica NOB/SUAS: Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, Brasília, 2005. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd/pdfs/nob_suas.pdf. Acesso em: 9 set. 2016.

BUENO, F. B. A política de assistência social desenvolvida nos CRAS de Sertãozinho para prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, Franca, 2014.

CAPATO, A. C. O serviço Social frente ao debate sobre a redução da maioria penal. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (Unifeb), Barretos, 2014.

CASTRO, A. F. L. Formação profissional em Serviço Social: estágio supervisionado e a realidade do trabalhador estudante. 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, Franca, 2016.

CFESS. Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na política de assistência social. Brasília, DF, 2011.

_____. Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social. Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CEFESS, 2007.

CINTRA, E. M. A. O trabalho do assistente social no âmbito do SUAS. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2017.

FAZENDA, I. O Que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008.

GATTI, B. A. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOHN, M. G. M. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. EccoS— Revista Científica, São Paulo, v.7, n. 2, p. 253-274, jul./dez.2005.

IAMAMOTO, M. V. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional! 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____.; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 2004.

LIMONTA, S. E. S. A inserção de adolescentes no mundo do trabalho : oportunidade ou opressão? Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: [s.n.], 2017.

LOSURDO, D. Hegel, Marx e a tradição liberal. Liberdade, igualdade, Estado. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

MARX, K. O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. L. 1.

_____. O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, B. N. O Serviço social contracenando com a arte para desvelar a realidade. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, Franca, 2015.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, S. M. P. Reflexões sobre a dimensão socioeducativa do trabalho do/a assistente social no CRAS de Guaxupé/MG: o olhar do usuário. 2017. 183 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, Franca, 2017.

ORTIZ, F. S. G. Interdisciplinaridade e Assistência Social. In: Seminário Nacional. O Trabalho do/Assistente Social no SUAS. Brasília: CFESS, 2011.

PAULO NETTO. Para a crítica da vida cotidiana. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant; PAULO NETTO, José. Cotidiano: conhecimento e crítica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEIXOTO, J. M. Casa-Lar: desafios e possibilidades no trabalho do educador/ cuidador residente com crianças e adolescentes. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. 190f. Franca : [s.n.], 2017.

PEREIRA, P. A. P. Estado, sociedade e esfera pública. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais – Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8jWy8e5p39eA46R2v6H9.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PERIA, M. Taquaritinga e seus ciclos de desenvolvimento. Prefeitura Municipal de Taquaritinga SP. Abril, 2013. Disponível em: http://www.taquaritinga.sp.gov.br/resumo_historico.html. Acesso em: 20 nov. 2018.

PIANA, M. C. Infância e adolescência no Brasil em foco: garantia ou omissão na proteção integral? Bauru, SP: Canal 6, 2017.

RIZZINI. I. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROMANO, A. P. H. Entre socialização da informação e organização coletiva: a dimensão socioeducativa na atuação com grupos nos CRAS em São José do Rio Preto /SP. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 2009.

SANTOS, F.V. G. Família: peça fundamental na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei? 2007. 99,[6] f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

SAVASSI, T.R. *et al.* Interdisciplinaridade em questão: Análise de uma política de saúde voltada à mulher. *In*: SÁ, JeaneteLiasch. Martins de. (Org.). Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. São Paulo: Cortez, 1989.

SEVERINO, A. J. Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade. *In*: SÁ, JeaneteLiasch Martins de. (Org.). Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, M. O. S. Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, T. R. Pratas, grifes, grana e novinhas: adolescência, sociabilidades e ato infracional. Curitiba: CRV, 2016.

TEIXEIRA, F. J.S. *et al.* Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1.998.

TORRES, M. M. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho socioeducativo. **Serviço Social em Revista**. Londrina. Vol. 12, nº.1, p. 202-227. Jul./Dez. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10060/8789>. Acesso em: 15 out. 2016.

TRENTIN, A. C. Adolescentes em conflito com a lei e a família: um estudo interdisciplinar. *In*: Congresso Internacional de Ciências Criminais, II Edição, 2011. Disponível em: http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/edicao2/Angela_Trentin.pdf. Acesso em: 25 mar. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VOGEL, A. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. *In*: RIZZINI, I; PILOTTI, F. (Orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez,2011.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A
EQUIPE INTERDISCIPLINAR DO CRAS "ANTONIO THOMAZ DONATO" DE
TAQUARITINGA/SP**



**ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-E-STRUTURADA COM A EQUIPE
INTERDISCIPLINAR DO CRAS "ANTONIO THOMAZ DONATO" DE
TAQUARITINGA/SP**

Nome:

Idade:

Formação:

Tempo de Trabalho no CRAS:

Vínculo empregatício: Estatutário () Contrato temporário () Contratado -
CLT ()

Experiência de trabalho com crianças e adolescentes: () sim () não. Se
sim, qual?

1. Fale sobre seu trabalho atual. Como é desenvolvido?
2. Como você vê a infância e adolescência atualmente?
3. Qual o seu entendimento sobre interdisciplinaridade/ trabalho em equipe?
4. Como você analisa o trabalho da equipe no CRAS, a partir de uma proposta interdisciplinar?
5. Como são pensadas e por quem são pensadas o trabalho desenvolvido junto a infância e adolescência?

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____, declaro para os devidos fins que fui convidado (a) e informado (a) verbalmente e por escrito acerca da pesquisa intitulada "*Trabalho interdisciplinar com crianças e adolescentes na Política de Proteção Social Básica do SUAS* ", sob a responsabilidade das pesquisadoras Helen Caroline dos Santos Barbosa, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Campus Franca, e Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Piana, orientadora da pesquisa, docente do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UNESP/Campus Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para a elaboração e apresentação de Dissertação de Mestrado em Serviço Social, observando os princípios éticos da pesquisa científica e respeitando-se a confidencialidade das informações e anonimato dos sujeitos. Essa pesquisa possui o intuito de analisar o trabalho da equipe interdisciplinar com as crianças e adolescentes do CRAS "Antônio Thomaz Donato" de Taquaritinga SP. Fui esclarecido acerca dos propósitos da pesquisa, dos procedimentos metodológicos que serão utilizados, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, ____ de ____ de ____

 Assinatura do participante

 _____ (assinatura)
 Helen Caroline dos Santos Barbosa
 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social - UNESP

 _____ (assinatura)
 Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Piana
 Orientadora - UNESP

ANEXO B – DECLARAÇÃO INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o pesquisador (a) **HELEN CAROLINE DOS SANTOS BARBOSA** portador (a) RG nº **49.065.455-1**, está autorizado (a) a realizar pesquisa nesta Instituição: **CRAS "Antônio Thomaz Donato"** localizado à Rua Vicente João Olivério, s/n, Jardim Micali, Taquaritinga SP, CNPJ:72130818/0001-30.

Taquaritinga, 01 de outubro de 2018

Nome/RG. do Diretor ou responsável pela Instituição

Antonio Roberto Sabio

Secretário Municipal de
Desenvolvimento Social

RG 11.571.973-8

ANEXO C – COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

UNESP – FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O TRABALHO INTERDISCIPLINAR COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SUAS

Pesquisador: Helen Caroline Dos Santos Barbosa

Versão: 1

CAAE: 10185219.3.0000.5406

Instituição Proponente: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 028204/2019

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto O TRABALHO INTERDISCIPLINAR COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOSERVIÇODEPROTEÇÃO SOCIALBÁSICADOSUASquetemcomo pesquisador responsável Helen Caroline Dos Santos Barbosa, foi recebido para análise ética no CEP UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Camp. de Franca em 25/3/2019 às 9h04.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O TRABALHO INTERDISCIPLINAR COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SUAS

Pesquisador: Helen Caroline Dos Santos Barbosa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 10185219.3.0000.5406

Instituição Proponente: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.311.149

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e concisa. Todos os elementos necessários para a compreensão da pesquisa, notadamente sobre como se dará a pesquisa de campo, estão presentes.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi explicitado de forma clara e direta, a saber: "Estudar sobre a categoria trabalho na sociedade e a sua interdisciplinaridade"

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os potenciais riscos foram bem considerados, a despeito de não ter sido feita referência à Resolução CNS 510 de abril de 2016. Também foram apresentadas formas evita-los e/ou para diminuir seus impactos. Os benefícios também foram suficientemente conjecturados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como toda pesquisa bem orientada, a presente é relevante e apresenta de forma clara como se dará o contato com os sujeitos participantes da pesquisa, ao todo 06 indivíduos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram corretamente preenchidos e inseridos, a saber: Informações Básicas do Projeto, Folha de Rosto, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorização do estabelecimento onde se pretende realizar a pesquisa de campo,

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA**



Continuação do Parecer: 3.311.149

arquivo com o projeto original completo.

Recomendações:

Não constam recomendações adicionais.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de pesquisa. Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O coordenador aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1256959.pdf	17/03/2019 23:21:12		Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	17/03/2019 23:19:46	Helen Caroline Dos Santos Barbosa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo.pdf	17/03/2019 23:17:34	Helen Caroline Dos Santos Barbosa	Aceito
Outros	auto.pdf	17/03/2019 23:16:19	Helen Caroline Dos Santos Barbosa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	17/03/2019 23:06:05	Helen Caroline Dos Santos Barbosa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 08 de Maio de 2019

Assinado por:
Marcos Alves de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 3.311.149

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br